



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
– PPGCR
MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

ANNE EMANUELLE CIPRIANO DA SILVA

**“FAZER O BEM SEM OLHAR A QUEM”: O TRABALHO
VOLUNTÁRIO À LUZ DA RELIGIOSIDADE, SENTIDO DE VIDA E
VALORES HUMANOS**

**JOÃO PESSOA
2017**

ANNE EMANUELLE CIPRIANO DA SILVA

**“FAZER O BEM SEM OLHAR A QUEM”: O TRABALHO VOLUNTÁRIO À LUZ
DA RELIGIOSIDADE, SENTIDO DE VIDA E VALORES HUMANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões – PPGCR da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências das Religiões. Orientador: Prof. Dr. Thiago Antônio Avellar Aquino.

JOÃO PESSOA
2017

S586f Silva, Anne Emanuelle Cipriano da.

“Fazer o bem sem olhar a quem”: o trabalho voluntário à luz da religiosidade, sentido de vida e valores humanos / Anne Emanuelle Cipriano da Silva. - João Pessoa, 2017.

89 f.: il. -

Orientador: Thiago Antônio Avellar Aquino.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE

UFPB/BC

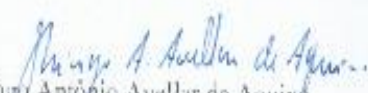
CDU: 27-464(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

*"FAZER O BEM SEM OLHAR A QUEM": UM ESTUDO SOBRE RELIGIOSIDADE E
O SENTIDO DE VIDA DOS VOLUNTÁRIOS DE UMA ONG NA ÁREA DE SAÚDE*

Anne Emanuelle Cipriano da Silva

Dissertação apresentada à banca examinadora constituída pelos seguintes professores:


Thiago Antônio Avellar de Aquino
(orientador/PPGCR/UEPB)


Shirley de Souza Silva Simeão
(membro-externo/F.M. NASSAU)


Sandra Souza da Silva
(membro-externo/UEPB)


Arismilson Barbosa da Silva
(membro-interno/PPGCR/UEPB)

Aprovada em 30 de junho de 2017.

Dedico a todos os voluntários e à minha filha Anna Júlia.

Encontrei o significado da minha vida ajudando os outros a encontrarem o sentido de suas vidas. (FRANKL, 1991, p. 47).

AGRADECIMENTOS

É com muita gratidão que escrevo essas linhas! Agradeço, com muita alegria, a todos que, de forma direta ou indireta, tornaram este sonho possível, mas, em especial, quero registrar aqui alguns agradecimentos.

Agradeço a todos os voluntários que aceitaram participar desta pesquisa, que me deram um pouco do seu precioso tempo? Tornando possível a realização plena deste trabalho.

À Rede Feminina de Combate ao Câncer, que abriu suas portas para a realização deste trabalho, e a todos da casa que me acolheram.

À equipe da coordenação da Pós-graduação de Ciências das Religiões, por toda atenção e paciência que tiveram comigo, agindo sempre de modo colaborativo e gentil.

Ao professor Thiago Aquino, a quem admiro e respeito. Pela seriedade e comprometimento com os quais realiza seu trabalho; por ter aceitado este desafio junto comigo e por ver em meu trabalho algo que eu ainda não via no início, meu muito obrigada!

Às professoras da banca examinadora, por aceitar participar, e pelas valiosas contribuições e correções.

Aos meus colegas de Mestrado, da turma 09 - em que eu fui aluna especial - e da turma 10 - como aluna regular -, pois nas duas turmas conheci pessoas incríveis, inspiradoras e aprendi muito. Nessas turmas minha filha sempre foi bem recebida e acolhida, e também estendo esse agradecimento a todos os professores do programa, que sempre foram gentis com as crianças em sala de aula. Isso não tem preço!

Em especial, agradeço aos gêmeos Rodrigo e Rogério, que me ajudaram com correções, orientações e livros. Sem vocês o início teria sido muito mais difícil! A Isabel, Thalisson e Uegylla por todos os *helps*.

Aos colegas que comigo trabalhavam quando esse curso começou, por toda colaboração e torcida.

A Monique Suellen, por me ajudar quando esse desejo era só uma semente!

A Maria e Juan, por todas as horas alegres que passamos juntos no período criativo da minha produção, vocês foram as melhores companhias que eu poderia ter!

À minha família por todo apoio. Dona Marlúcia (mainha), de agora em diante, onde houver publicação com o meu nome, saiba que o seu nome estará lá também, pois tudo começou com os seus esforços! Toda tentativa de fazer você sentir orgulho de mim reflete o orgulho que sinto pela mulher que você é.

Ao meu companheiro, Gladson, por respeitar e apoiar a minha decisão de ficar em João Pessoa para dar prosseguimento a este curso. Por ser a pessoa que mais sabia sobre o meu

desejo de realizar este trabalho. Saiba que o seu apoio foi fundamental para que eu estivesse bem para levar isso adiante.

Agradeço imensamente a Anna Júlia, que esteve presente ao longo deste processo que começou quando eu era aluna especial do programa, pelas aulas que assistiu comigo, pelas horas de leitura em que foi minha companheira e por todas as risadas que me fez dar com sua alegria e criatividade aliviando o peso... Julinha, pelas horas que a você não foram dedicadas, dedico este trabalho!

RESUMO

SILVA, A. E. C. **“Fazer o bem sem olhar a quem”: o trabalho voluntário à luz da religiosidade, sentido de vida e valores humanos.** Orientador: Thiago Antônio Avellar de Aquino. João Pessoa – PB: UFPB, 2017. 89f. Mestrado (Trabalho de Conclusão do Mestrado em Ciências das Religiões).

De acordo com a teoria de Viktor Frankl o homem pode viver e até mesmo morrer pelos seus valores e ideais, considerando a busca por um sentido de vida como a motivação primária do ser humano e de certo modo o trabalho voluntário está historicamente associado a indivíduos religiosos. Neste sentido o presente trabalho teve como objetivo verificar quais as subfunções valorativas que se relacionam com a presença de sentido bem como averiguar a relação entre atitudes religiosas e sentido de vida nos voluntários de uma Organização Não Governamental (ONG) na área da saúde na cidade de João Pessoa. A amostra foi composta por 69 voluntários de ambos os sexos, com média de idade de 57 anos ($dp = 10,77$) variando entre 28 e 77 anos, sendo a maioria composta por mulheres (82,6%). Os participantes responderam aos seguintes instrumentos: Questionário de Sentido de Vida (QSV), Escala de Atitude Religiosa/Espiritualidade (EAR-20), Questionário dos Valores Básicos (QVB), Questionário sóciodemográfico e um diário de campo foi utilizado no decorrer da pesquisa pela pesquisadora. Os resultados apontam correlações positivas entre a Presença de Sentido e as subfunções valorativas Existência ($r = 0,38$, $p < 0,5$) e Normativa ($r = 0,29$, $p < 0,5$) e uma correlação negativa entre a Presença de Sentido e a subfunção valorativa Experimentação ($r = -0,26$; $p < 0,05$). No que se refere à Atitude Religiosa, a Presença de Sentido se associou diretamente com o Conhecimento religioso ($r = 0,27$, $p < 0,05$) e o Comportamento religioso ($r = 0,27$, $p < 0,05$) e o fez inversamente com a Corporeidade religiosa ($r = -0,27$, $p < 0,05$). Já a Busca de Sentido se associou diretamente com a Experimentação ($r = 0,29$, $p < 0,05$). Os resultados foram discutidos à luz da Teoria Funcionalista dos Valores Humanos e da Logoterapia e Análise Existencial. Conclui-se que nos voluntários pesquisados há presença de sentido de vida relacionando-se positivamente com atitude religiosa e subfunções valorativas.

Palavras-chave: Trabalho voluntário. Religiosidade. Sentido de vida. Valores Humanos. Organização Não Governamental.

ABSTRACT

SILVA, A. E. C. **“Doing good with no regard to whom”: the volunteer work according to the perspective of Religiosity, Meaning in Life and Human Values.** Adviser: Thiago Antonio Avellar de Aquino. João Pessoa – PB. UFPB, 2017. 89p. Master’s Thesis in Religious Studies.

According to Viktor Frankl’s theory men can live and die for their values and ideals, considering the search for a meaning in life as the primary motivation of human beings. Also, in a certain way volunteer work is historically associated to religious individuals. Therefore the current work aimed to verify which evaluative sub-functions are related to the presence of meaning and also to find out the relationship between religious attitudes and meaning in life in the experience of volunteers belonging to a Non-Governmental Organization (NGO) that works with health related issues in the city of João Pessoa. The sample group was formed by 69 volunteers of both genders in a mean age of 57 (sd = 10.77) varying between 28 and 77 years old. The majority were women (82.6 %). The participants answered to the following instruments: *Meaning in Life Questionnaire (MLQ)*, *Religiousness / Spirituality Attitude Scale (RAS-20)*, *Basic Value Survey (BVS)*, *Socio-demographic Survey*. During the research a field diary was also used by the researcher. The results suggested positive correlations between the Presence of Meaning and the evaluative sub-functions Existential ($r = 0.38, p < 0.5$) and Normative ($r = 0.29, p < 0.5$). They also suggested a negative correlation between the Presence of Meaning and the evaluative sub-function Experimentation ($r = -0.26, p < 0.05$). Regarding the Religious Attitude, the Presence of Meaning was directly associated to the Religious Knowledge ($r = 0.27, p < 0.05$) and to the Religious Behavior ($r = 0.27, p < 0.05$), being inversely associated to the Religious Embodiment ($r = -0.27, p < 0.05$). The Search for Meaning associated itself directly with the Experimentation ($r = 0.29, p < 0.05$). The results were discussed according to the Functional Theory of Human Values and to Logotherapy and Existential Analysis. It was concluded that in the searched volunteers meaning in life is positively related to religious attitude and evaluative sub-functions.

Keywords: Volunteer Work. Religiosity. Meaning in Life. Human Values. Non-Governmental Organization.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Dados descritivos da demanda.....	57
Tabela 2 -	Índices da Escala de Atitude Religiosa/Espiritualidade.....	63
Tabela 3 -	Índices da Escala de Valores Humanos.....	64
Tabela 4 -	Índices da Escala de Sentido da Vida.....	64
Tabela 5 -	Correlação entre subfunção valorativa com a presença de sentido.....	65
Tabela 6 -	Correlação entre atitude religiosa e presença de sentido.....	65

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Estrutura Tipos de Orientação dos Valores.....	40
Figura 2 -	Estrutura Tipos Motivacionais.....	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura dos valores específicos, subfunções e motivadores.....	42
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. TRABALHO VOLUNTÁRIO NO CONTEXTO DA SAÚDE	17
1.1 VOLUNTÁRIOS EM ONG	22
1.2 VOLUNTÁRIO HOSPITALAR	27
2. VALORES HUMANOS	33
2.1 A TEORIA FUNCIONALISTA DOS VALORES HUMANOS	37
3. RELIGIOSIDADE E SENTIDO DE VIDA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	45
3.1 RELIGIOSIDADE/ESPIRITUALIDADE À LUZ DA TEORIA DE FRANKL	49
3.2 SENTIDO DE VIDA, RELIGIOSIDADE E VALORES	54
4. MÉTODO	56
4.1 LOCUS DO ESTUDO	56
4.2 PARTICIPANTES	57
4.3.1 <i>Questionário de Sentido de Vida (QSV)</i>	58
4.3.2 <i>Questionário dos Valores Básicos (QVB)</i>	58
4.3.3 <i>Escala de Atitude Religiosa/Espiritualidade, versão expandida – EAR-20</i>	59
4.3.4 <i>Questionário sociodemográfico</i>	59
4.3.5 <i>Diário de Campo</i>	59
4.4 PROCEDIMENTO PARA COLETA DOS DADOS	60
4.5 PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DOS DADOS	60
4.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	61
5. RESULTADOS	62
5.1 DISCUSSÃO	666
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICES	81
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	82
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SÓCIO-DEMOGRÁFICO	84
ANEXOS	85
ANEXO I – QUESTIONÁRIO DE SENTIDO DE VIDA (QSV)	86
ANEXO II – QUESTIONÁRIO DE VALORES BÁSICOS (QVB)	87
ANEXO III – QUESTIONÁRIO DE ATITUDE RELIGIOSA(EAR-20)	88

INTRODUÇÃO

O ser humano é o único ser que, de forma consciente, elege o direcionamento das suas ações e, a partir disso, é possível entrever a intenção que motiva e norteia seus atos. A vida de cada indivíduo pode ter uma infinidade de direções e, portanto, diversas possibilidades podem se desdobrar, mas a realização do sentido de vida exige um pouco mais do que a mera decisão de qual caminho seguir. Segundo Frankl (1991), o sujeito só alcança o sentido quando ele está tomado pela dedicação a uma causa, a serviço de algo ou alguém; ou seja, transcendendo a si mesmo.

Nessa perspectiva, a presente dissertação teve por escopo identificar quais as funções valorativas que se associam com a presença de sentido na vida nos voluntários e qual a relação entre atitude religiosa e a presença de sentido neste grupo. Sabe-se que a religiosidade está presente na atividade voluntária deste grupo específico, pela ligação histórica das religiões com obras de caridade, ações assistencialistas e trabalhos voluntários. Tanto a religiosidade quanto a espiritualidade, para Costa et al. (2008), se fazem manifestos no cotidiano da sociedade, seja no vocabulário ou nas crenças populares, e essa presença se relaciona estreitamente com a religião e a cultura em que o sujeito está inserido. No entanto, é necessário esclarecer que os termos religião, religiosidade e espiritualidade têm conceitos diferentes, embora muitas vezes sejam usados como sinônimos.

Religião é uma forma organizada e institucionalizada que se utiliza de um conjunto de atividades em local específico (templo, igreja, centro), com um sistema de ofícios, e pode ser compreendida como um conjunto de crenças organizadas, sendo possível ser reconhecidas em suas práticas; com uma ética própria, preceitos, normas e fundamentos que o caracterizam como grupo social e religioso (SIMÃO, 2010; MENDONÇA, 1998).

Já religiosidade, que entre os séculos XIX e XX foi vista predominantemente por alguns pensadores e médicos como patológica e causadora de distúrbios de ordem emocional na psique humana, vem ganhando, nos últimos anos, destaque no cenário científico, e cada vez mais pesquisadores têm buscado relacionar a religiosidade com efeitos positivos (STROPPIA; MOREIRA-ALMEIDA, 2008). Sobre a pesquisa dessa variável, Aquino et al. (2013) atestam que

A religiosidade também pode ser investigada como um elemento atitudinal, visto que pode apresentar os mesmos componentes, como estados afetivos, conhecimentos prévios sobre o que se considera sagrado ou divino e

comportamentos esperados e/ou prescritos pela instituição religiosa a qual os indivíduos aderem (AQUINO et al., 2013, p. 111).

De acordo com autores em questão, a religiosidade se expressaria por meio de ações em que o sujeito se utiliza de toda sua complexidade, incluindo elementos cognitivos, comportamentais e afetivos para concretizar sua atuação religiosa enquanto prática (AQUINO et al., 2013).

Koenig (2012) assevera que a prática religiosa, que aqui se entende como religiosidade, pode ser pública ou privada, estando a primeira em uma categoria que o autor denomina de religiosidade organizacional, que se caracteriza através da participação ativa em atividades e atribuições religiosas, como o estudo dos livros sagrados, cooperação em trabalhos e atuação em grupos permeando a esfera social e institucional. A segunda categoria (privada), por sua vez, foi denominada de não organizacional, visto que alude a uma prática mais íntima e solitária, como a realização de orações e rituais pessoais de modo particular. No entanto, o autor aprofunda a busca na compreensão do conceito dessa variável e considera que há outra categoria que transpassa as duas anteriores: a religiosidade subjetiva.

Esse grau de religiosidade diz respeito à importância que a religião tem para o sujeito e qual espaço ocupa em sua vida. Todavia, Koenig (2012) alerta para outras dimensões que podem ser consideradas e exploradas no campo da pesquisa, como conhecimento e enfrentamento religioso, crença religiosa, busca religiosa, maturidade religiosa (KOENIG, 2012), ampliando, assim, as possibilidades de compreensão da relevância e das implicações da religiosidade.

O outro conceito que se pretende diferenciar é a espiritualidade, podendo esta ser considerada em uma dimensão mais ampla, complexa e delicada, indo além da religião em sua institucionalização e da religiosidade enquanto prática.

A espiritualidade é a dimensão peculiar de todo ser humano e o impulsiona na busca do sagrado, da experiência transcendente na tentativa de dar sentido e resposta aos aspectos fundamentais da vida. A espiritualidade não é monopólio das religiões ou de algum movimento espiritual. Ela é inerente ao ser humano (GOMES et al., 2014, p. 109).

A partir dessa premissa, o presente trabalho aborda sua temática central nos voluntários que atuam na área da saúde. Dessa forma, procurar-se-á responder as seguintes indagações: (1) Quais as subfunções valorativas que se associam com a presença de sentido dos voluntários de uma Organização Não Governamental (ONG) na área da saúde?; (2) Qual a

relação entre as atitudes religiosas e a presença de sentido desses mesmos voluntários?

A presente dissertação fundamentou-se em duas perspectivas: na Logoterapia e Análise Existencial de Viktor E. Frankl (FRANKL, 2011) e na Teoria Funcionalista dos Valores Humanos de Valdiney Gouveia (GOUVEIA, 1998). A primeira fundamenta-se na busca pelo sentido de vida e possibilita compreender a relação entre a busca e a presença de sentido; na segunda teoria observa-se os valores a partir de subfunções, por dois ângulos: (a) o tipo de orientação e (b) a motivação, resultando em valores básicos e mais práticos para a compreensão. Pressupõe-se que os voluntários adotam valores que apresentam motivadores humanitários e que a presença de sentido de vida se relaciona com subfunções valorativas.

O trabalho foi organizado em cinco capítulos. No primeiro, disserta-se a respeito do trabalho voluntário de modo geral, o voluntariado nas Organizações Não Governamentais e o voluntário hospitalar com suas peculiaridades, a fim de compreender melhor essas organizações e suas atuações.

No segundo capítulo, abordar-se-á a teoria de valores humanos básicos proposta por Gouveia (1998), que norteia esse trabalho como um dos pilares teóricos. De acordo com Brown (1996), os valores se tornaram uma das preocupações não apenas dos profissionais da Psicologia, da Sociologia e da Antropologia, mas também de religiosos, criminalistas, pais e educadores. Logo, é um assunto de relevância para todas as áreas que estudam ou lidam com seres humanos, tornando-o pertinente, assim, no campo das Ciências das Religiões.

O terceiro capítulo será voltado para o outro marco teórico desse trabalho, que é a Logoterapia e Análise Existencial de Viktor Frankl (1987), a fim de nortear a compreensão da busca de sentido de vida nos voluntários. O quarto capítulo trará o estudo empírico, descrevendo o método e os procedimentos adotados na execução da pesquisa. O quinto e último capítulo, por sua vez, dedica-se à discussão dos resultados obtidos.

Finalmente, foi apresentado o trajeto metodológico escolhido para alcançar os objetivos e em seguida, os resultados alcançados ao longo da pesquisa, foram discutidos à luz das teorias.

CAPÍTULO 1:

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL E TRABALHO VOLUNTÁRIO

No Brasil, a ação voluntária é regulamentada pela Lei Nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 que considera esse trabalho como uma “atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa” (BRASIL, 1998).

A atividade voluntária, ainda nos dias atuais, tem, no imaginário popular, uma estreita relação com organizações religiosas e Organizações Não Governamentais (ONG); estas, por sua vez, são instituições privadas e não devem possuir fins lucrativos; toda a arrecadação deve ser utilizada para cumprir os objetivos da organização no intuito de realizar a atividade-fim a que se propõe, não devendo em hipótese nenhuma partilhar as verbas ou donativos entre os que integram as organizações (SOUZA; LAUTERT, 2008).

Embora as ONGs sejam organizações sem fins lucrativos, isso não implica em ter todo o seu corpo colaborativo formado por voluntários. Muitas dessas organizações têm funcionários, realizam pagamentos de serviço e de pessoal e, por vezes, movimentam altos valores monetários, pois, devido à expansão dos trabalhos realizados por elas, foi necessário um gerenciamento especializado e a utilização de serviços técnicos, modificando, assim, o modelo idealizado de ONG.

Esse modelo é descrito por Giacomini-Filho e Almeida (2016, p. 194) da seguinte maneira: “[o] modelo anterior de voluntariado configurou-se como paternalista, num ato de caridade e unilateral, apesar de digno e contributivo”. Isso decorre do fato de que, no trabalho realizado pelos autores na investigação de um novo modelo de voluntariado na América Latina, eles asseveram que esse novo formato oferece apoio para modificação nos eixos social, político e econômico, favorecendo, assim, a democracia, e pressupõem que:

O conceito de novo voluntariado está atrelado em princípios de prazer, identificação, alcance de trabalho e relações sociais, altruísmo, benefícios ao próprio voluntário, distantes do sentido negativo de obrigação como no início destas atividades ou de resistência em períodos de opressão vividos na região. Nesses novos espaços de participação possíveis, as atividades são desenvolvidas de acordo com a disponibilidade, interesse e competências dos indivíduos que se voluntariam (GIACOMINI-FILHO; ALMEIDA, 2016, p. 194).

Também classificada como Terceiro Setor, por gerar e movimentar renda, a atividade voluntária necessita de organização para sua realização (VERGARA; FERREIRA, 2006;

TEODÓSIO, 2002). No que se refere à constituição de uma organização, Dreher e Bechtold (2013) enfatizam que deve ser composta por diversas figuras importantes para a estruturação, pois não pode ser formada apenas por voluntários ou por pessoas que se beneficiam do trabalho realizado, já que o conjunto das participações é o que fortalece a realização concreta. Os autores reforçam, ainda, que “o terceiro setor está composto por organizações não governamentais sem fins lucrativos constituídas por gestores, voluntários, doadores e beneficiados, com o objetivo de oferecer serviços de caráter público para as pessoas” (DREHER; BECHTOLD, 2013, p. 379, tradução nossa)¹.

Na pesquisa realizada por Vergara e Ferreira (2006) com 24 ONGs situadas no estado do Rio de Janeiro e filiadas a uma determinada associação que assiste esse tipo de organização, os autores ratificam essa modificação do uso do serviço voluntariado por profissionais, identificando que 8% das organizações utilizam os serviços voluntários esporadicamente e 54% das entidades pesquisadas não o utilizam.

Esse resultado só reforça a ideia de que, com a expansão da atuação, essas organizações se viram na obrigação de adquirir serviço especializado, o que nem sempre é o caso dos voluntários, modificando a configuração idealizada das ONGs. Sobre essa nova conjuntura, Vergara e Ferreira (2006) afirmam que grande parte das organizações, em seu início, tiveram a mão de obra voluntária como fundamental, porém, atualmente, as ONGs contam com funcionários para desenvolvimento e realização dos projetos aos quais se propõem.

Esta atual formação das organizações pode ser confirmada também nas observações realizadas por Campos e Bresolin (2001) em uma pesquisa realizada com as organizações de Belo Horizonte/MG, onde a presença do voluntariado se apresentou mais forte nas fundações menores (de pequeno e médio porte) chegando a nenhuma presença nas de grande porte. O que, de acordo com Teodósio (2002) pode colocar o foco das organizações em alcançar metas e, com isso, perder o fundamento de transformação social, que deveria ser o objetivo essencial dessas organizações.

Esse fato não se aplica, obviamente, a todas as organizações, mas à grande maioria delas, principalmente às que realizam parcerias e convênios com o Governo. Outro dado significativo identificado pelos pesquisadores Vergara e Ferreira (2006) foi o modo como os funcionários são selecionados, muitas vezes ocorrendo por meio de indicação, com incidência de processo seletivo em apenas 35% das ONGs por eles pesquisadas.

¹“El tercer sector está compuesto por organizaciones no gubernamentales sin fines de lucro constituidas por gestores, voluntarios, donantes y beneficiados, con el objetivo de brindar servicios de carácter público para la gente” (DREHER; BECHTOLD, 2013, p. 379).

Embora seja o dado de um demonstrativo, esse fato se torna um ponto sensível das organizações, abrindo precedente para críticas como a prática de nepotismo, o descumprimento de leis trabalhistas e a ausência de fiscalização. Dos dirigentes entrevistados por Vergara e Ferreira (2006), 76% concordam que deveria haver fiscalização para que fosse inibida qualquer forma de irregularidade trabalhista e de outras naturezas, como fraudes orçamentárias e ações ilegais.

A constatação da falta de um marco legal estabelecido também ficou evidente na pesquisa realizada. A legislação brasileira encontra-se defasada, não contemplando as ONGs de forma adequada, uma vez que elas nem mesmo existem como tal perante a lei. As classificações oferecidas – entidades sem fins lucrativos, podendo ser associações ou fundações, são amplas demais para contemplar as peculiaridades das ONGs, que acabam por serem tratadas em igualdade com outros tipos bem distintos de organização (VERGARA; FERREIRA, 2006, p. 12).

A formação dessas organizações usufrui de grande liberdade, podendo ter sua origem fundamentada em uma rede de atores sociais movidos por solidariedade ou por um conjunto associativo, cooperativo, cultural, político, assistencial, dentre outros, sendo quase sempre um grupo que, de certo modo, se contrapõe ou se alia ao Estado para oferecer aquilo que os programas sociais governamentais não oferecem. Para Teodósio (2002), isso se caracteriza como um modo de terceirização da assistência de políticas públicas.

Souza e Medeiros (2012) asseveram que, em geral, as ONGs apresentam propostas de apoio ao desenvolvimento humano de grupos menos favorecidos, que necessitam de formação e/ou que estejam em situação de calamidade. Mas para isso ser definido em lei é necessária a realização de uma categorização e compreensão criteriosa da natureza de cada organização.

Segundo Landim (2002), uma maneira de pensar nas organizações que se representam pela sigla “ONG” é pensá-las como uma classe ou um grupo que foi se construindo a partir das demandas sociais e das ideologias dos seus fundadores e integrantes, pois não há uma definição clara para essa expressão, que, por ter a possibilidade de adquirir vários sentidos e significações, fica aberta para abarcar as mais diversas acepções ideológicas. Ainda de acordo com a autora, no Brasil, essa expressão vem sendo usada para designar um conjunto de organizações da sociedade civil com características diversas.

A polissemia que permite a variabilidade ao termo também alcança a concretude das associações, organizações, fundações, centros de assistência, sociedades e redes de apoio. A variedade de possibilidades provoca uma tensão entre esses grupos, no sentido de se auto-

identificar como movimento social (ambientalista, LGBT etc.) ou instituição, movimento ou ONG, o que fica mais evidente quando se contextualiza o seu campo de atuação, pois essas organizações também atuam no fomento e na elaboração da identificação do sujeito enquanto indivíduo como parte integrante de um conjunto, como, por exemplo, os negros e os portadores de HIV (LANDIM, 2002).

Outra forma de nominar essas entidades é como Terceiro Setor, o que, em geral, amplia os conceitos com os quais se pode relacionar as organizações, porém, só os torna mais amplos e complexos. Teodósio (2002, p. 241) assevera que: “na verdade, Terceiro Setor se transformou numa daquelas palavras que explica tudo e não explica nada”.

De acordo com Oliveira e Haddad (2001), o termo ONG foi assimilado e popularizado no Brasil desde a ocorrência da Conferência Mundial das Nações Unidas - Eco-92, onde a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial se referiam desse modo às organizações sem fins lucrativos. Não apenas no Brasil, mas por quase toda a América Latina, esse termo se tornou comum e permanece assim até os dias atuais. Apesar de fortemente popularizado, o termo não é mais o utilizado na formalidade.

No Brasil, estas organizações são regulamentadas pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015 (BRASIL, 2015). Nela, a denominação presente é de Organizações da Sociedade Civil (OSC); contudo o termo “ONG” foi mantido no trabalho devido à popularidade da expressão. Já nominada desse modo na lei anterior (Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014), a nova lei, embora tenha preservado o nome, trouxe outras mudanças, que geraram impactos para as organizações de modo geral. Entre as mudanças estão as condições para parceria entre as OSC e o Poder Público; outra reformulação interessante é que o conceito de OSC agora abrange organizações religiosas que não se dedicam apenas a fins religiosos e às sociedades cooperativas que cumprem exigências previstas na lei, como está asseverado no Art. 2º:

I - Organização da Sociedade Civil:

- a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;
- b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação

de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacidades para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social.

- c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos (BRASIL, 2015).

Ademais, outras alterações relevantes também foram observadas no que se refere à aplicação de recursos, prestação de contas, aquisições, exclusão de algumas parcerias, remuneração de dirigentes, apresentação de plano de trabalho discriminando às atividades, processo seletivo para contratação, previsão de receitas. Entre outros pontos, esses se apresentam como mais sensíveis.

Para a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) - fundada em 1991, constituída por diversas organizações da sociedade civil e que apresenta um perfil político, fazendo-se presente e engajada nas discussões e articulações que envolvem as OSC e o Poder Público - a maioria das alterações foram positivas (ABONG, 2015), o que poderá consolidar as organizações que atuam de forma idônea e transparente no uso dos recursos para sua atividade-fim.

O voluntariado pode ocorrer por meio de muitas atividades, principalmente pela diversidade de ONGs que desenvolvem projetos e prestam assistência a diferentes demandas sociais (ambiental, infantil, educacional, entre outras). Contudo, a relevância desse trabalho vai para o voluntariado que atua no meio hospitalar devido à complexidade dessa atuação.

Segundo Souza e Medeiros (2012), há grande variação na motivação e no interesse para a realização do trabalho voluntário, mas, de modo geral, há sempre um componente político-ideológico. Pensar em trabalho voluntário, de acordo com os autores, implica pensar em um sujeito que pensa no bem-estar do próximo e da comunidade e esquece um pouco de si, no sentido de priorizar a ajuda ao outro ou a uma causa, construindo, assim, uma relação humana autêntica de troca de conhecimentos e crescimento pessoal, diferente da relação estabelecida pelo trabalho remunerado (SOUZA; MEDEIROS, 2012).

A respeito dos voluntários hospitalares, Cantril (1991) afirma que, além de obter satisfação pessoal, o voluntariado pode ainda favorecer a instituição, pois, no meio hospitalar, esse tipo de contribuição incrementa a humanização dos cuidados oferecidos. Esse pensamento, expresso por Cantril (1991), de que o voluntariado humaniza o serviço de saúde, é corroborado na pesquisa de Nogueira-Martins et al., (2010), realizada em 25 hospitais públicos da região metropolitana de São Paulo no período de 2008 e 2009 com 26 voluntários

e 26 coordenadores de atividades voluntárias, tendo como um dos objetivos analisar o processo de trabalho dos voluntários na humanização hospitalar.

Os resultados dessa pesquisa destacam dois pontos relevantes: (a) a contribuição do voluntariado para a humanização hospitalar, na opinião dos entrevistados, e (b) a realização, por parte do voluntário, de encargos exclusivos dos profissionais da área de saúde. Além disso, mesmo confirmando a contribuição para a humanização no ambiente hospitalar, Nogueira-Martins et al. (2010) admitem que este se trate de um processo de ampla complexidade e que se desenvolve de maneira gradual, não podendo ocorrer de modo repentino.

Os pesquisadores concluem que são necessárias normas que padronizem a ação do voluntário no âmbito hospitalar, a fim de promover segurança para todos os envolvidos, e afirmam, ainda, que, apesar da relevância dessa atuação no processo de humanização, há escassez de informação científica a esse respeito (NOGUEIRA-MARTINS et al., 2010).

1.1 Voluntários em ONG

Koenig (2012), a partir de uma revisão da literatura, enfatiza que existem comportamentos que podem ser negativos e positivos para a saúde. Os comportamentos pró-sociais e altruístas estão nesse grupo de positivos, por terem o poder de gerar benefícios para a saúde mental e física do indivíduo que os pratica, pois, segundo o autor, essas atitudes contribuem para o aumento da sensação de bem-estar, para a diminuição de distúrbios como depressão e também ampliam o suporte social do sujeito praticante.

Em seu livro *Medicina, Religião e Saúde: o encontro da ciência e da espiritualidade*, Koenig (2012) apresenta os dados de vários estudos. Ao comparar voluntários com não voluntários, constata-se que os primeiros apresentam maior desejo de viver, maior satisfação com a vida e menos sintomas de somatização, ansiedade e depressão em comparação ao outro grupo.

A motivação que leva pessoas das mais diversas realidades a se unir em prol de uma causa específica, ou trabalhar sem esperar recompensa financeira, pode ser percebida por vários prismas e tornar-se objeto de pesquisa em várias áreas. Contudo, para trilhar o caminho do voluntariado, faz-se necessário colocar-se no lugar do outro, assim como reflete Vaillant (2010), que acredita que ser empático é sentir e ver as coisas tal como, e sentir-se parte do processo de sofrimento do outro, para, assim, melhor compreendê-lo. Lencastre (2010) afirma que

A empatia, que consiste na capacidade de sentir a situação emocional dos outros através das próprias representações neurais e orgânicas, é um mecanismo automático que nos permite identificar com as emoções e agir em função disso (LENCASTRE, 2010, p. 119).

Embora seja possível entrever que sentimentos como empatia e compaixão sejam necessários para a atuação voluntária, a sua motivação se torna mais obscura, pelo fato da subjetividade do sujeito permear suas motivações de modo geral.

Em uma análise realizada por Corullón (1997) foi identificado que, entre os motivos que mobilizam o trabalho voluntário, há dois componentes fundamentais: um de cunho pessoal e outro social. O primeiro é a doação do tempo e o esforço em resposta a uma inquietação pessoal, também mencionada no trabalho de Selli et al. (2008); o segundo é a tomada de consciência de problemas sociais, a luta por um ideal e/ou comprometimento com uma causa.

Certamente, ao refletir sobre esses motivadores, é provável chegar a palavras como solidariedade, caridade, amor, altruísmo; enfim, palavras que denotam emoções positivas. Segundo Vaillant (2010), sentir essas emoções aumenta no indivíduo a tolerância, a criatividade e a moral. Ainda de acordo com o autor, todos os indivíduos estão sujeitos a vivenciar esses sentimentos; ele acredita que a natureza humana está pronta para isso, ao atestar que

Eu afirmo que não precisamos aprender as emoções positivas. Nosso cérebro está estruturado para produzi-las. Compete à humanidade prestar atenção a elas, visto que são a fonte do nosso ser espiritual e a chave da nossa evolução cultural (VAILLANT, 2010, p. 18).

Selli et al. (2008), em uma pesquisa realizada com voluntários de cinco associações do Rio de Janeiro, identificaram muita relevância na observação de quem se beneficiava com a prática voluntária em esferas distintas, e classificaram como polos assim divididos: polo individual, dual e coletivo.

No primeiro, o beneficiário identificado é o voluntário; no dual, o voluntário e o paciente são beneficiados; no coletivo, o benefício maior seria alcançando a dimensão social. É importante citar que alguns dos participantes dessa pesquisa já foram ou ainda permaneciam na condição de paciente; logo, também haviam sido assistidos por voluntários e, em seguida, tornaram-se voluntários também.

As associações de voluntários podem construir-se em pontos dispositivos de mudanças na sociedade. Isso requer uma ética baseada no reconhecimento

dos valores humanitários de solidariedade que devem presidir o serviço voluntário e o dos direitos de cidadania em torno da assistência à saúde. Esses valores deverão guiar a formação de um modelo de voluntário social (SELLI et al., 2008, p. 1087).

Ao se aprofundarem na análise do polo individual, Selli et al. (2008), por meio de entrevistas com os voluntários, identificaram que os voluntários acreditam ser beneficiados de diversas formas pelo trabalho por eles realizado, pois alegam a superação de si mesmo, o despertar da sensibilidade ao entrar em contato com o paciente, o aprendizado ao redimensionar os seus valores e, a partir dessa concepção, fica claro que o trabalho voluntário expressa uma exigência de realização pessoal.

Segundo Campos e Bresolin (2001), algumas pessoas podem ser influenciadas por acontecimentos na vida ao buscar por um trabalho voluntário. Situações como adoecimento ou a recuperação de uma enfermidade do sujeito (ou de um ente querido), vinculação religiosa, divórcio e aposentadoria são algumas circunstâncias que podem ser propulsoras para a atividade voluntária.

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2005) compreende o voluntariado como uma alternativa positiva para a vida, principalmente para os idosos, por considerar a prática do voluntariado como um elemento importante para a manutenção do bem-estar e da qualidade de vida na velhice. Além disso, é uma proposta para o envelhecimento ativo, que é ter uma participação em questões sociais, econômicas, espirituais e culturais em um grupo, o que reforça a possibilidade de realização e bem-estar pessoal no sujeito que pratica ações voluntárias.

Em uma revisão da literatura sobre a motivação para a realização do trabalho voluntário, Souza e Medeiros (2012) propõem uma reflexão sobre a natureza do trabalho e postulam que este pode ser compreendido como qualquer atividade realizada por meio da qual o sujeito tem a possibilidade de transformar (a si, a outro sujeito e a objetos), podendo assumir um caráter negativo ou positivo. Resultando em sofrimento e alienação, seriam os resultados do atributo negativo e autonomia e autorrealização do positivo.

Essa compreensão do trabalho na pesquisa supracitada tem como referência o discurso de Marx (1987), que percebe o trabalho com valor de troca, como uma mercadoria propriamente dita, mas que torna-se necessário à existência humana e contribuindo, de modo geral para a preservação da vida. Refletindo a partir dessa perspectiva, o trabalho realizado de forma voluntária exige esforço, cumprimento de regras, e doação de tempo para uma atividade fim (seja uma causa, um grupo ou uma ação isolada).

Em um trabalho realizado por Azevedo (2007) sobre motivação para o serviço voluntário, através de uma pesquisa por meio eletrônico em um *site* onde havia comunidades com identificações que apresentavam nomes como “voluntários” ou “voluntariado”, das 18 pesquisadas foi possível identificar na descrição das comunidades motivações em torno dos seguintes pontos: assistencial, humanitário, ação política ou cidadania e realização pessoal. A autora assevera que se pode realizar o trabalho voluntário com o objetivo de alcançar benefício pessoal ou coletivo, ficando claro ser uma via de mão dupla essa realização. Contudo, a autora faz uma ressalva relevante, ao atestar que “assim, o trabalho voluntário tanto pode ser visto como modo de manter a ordem social, quanto como agente de transformação, prestando-se a diferentes planos políticos” (AZEVEDO, 2007, p. 3).

Neste trabalho fica claro que, apesar da diversidade motivacional, é possível observar o altruísmo e o assistencialismo como pontos em comum e motivadores para voluntários, bem como o desejo de transformar um grupo ou um fato social através da ação voluntária (AZEVEDO, 2007).

No trabalho de Landim (2002), o surgimento dessas sociedades civis é situado em anos de regime militar, em que havia uma forte repressão aos movimentos sociais, o que levou os grupos a pensarem formas de se fortalecer a nível local, com pequenos projetos voltados inicialmente para educação de base e se utilizando de algo que Landim (2002) interpreta como positivo. A esse respeito, a autora diz que a

Invisibilidade social, o não fazer nome (ao contrário, por exemplo, da lógica acadêmica, ou do mercado), era uma qualidade cultivada em organizações que – assim como seus agentes – não existiriam para si, mas para os outros (LANDIM, 2002, p. 219).

Essa “invisibilidade”, para a autora, se perdeu, e nos dias atuais é possível observar que algumas organizações buscam cada vez maior visibilidade e exposição em redes sociais e midiáticas para conseguir ajuda para alguma causa. Essa exposição hodierna contrasta com a herança histórica de alguns grupos que iniciaram movimentos que levaram à criação de diversas organizações.

Segundo Vergara e Ferreira (2006), o autoritarismo que imperava após a situação política instalada no ano de 1964 impedia as ações de partidos políticos, sindicatos e associações, o que fez com que as ONGs canalizassem a resistência militante em prol da democratização e, ao longo das décadas de 1980 e 1990, essas organizações foram se fortalecendo e expandindo sua atuação. De acordo com os autores, esse momento foi crucial

para a definição da identidade das ONGs. Eles destacam que

Dois desafios básicos teriam se colocado para as ONGs no final desse período: reconhecer seu papel de ator próprio e não apenas de serviço aos movimentos reprimidos pela ditadura e intervir de forma crescente nas políticas públicas, participando da formulação de novas concepções de desenvolvimento, sem abandonar o nível micro e localizado de suas intervenções (VERGARA; FERREIRA, 2006, p. 4).

Fato importante nas políticas públicas, mencionado no trabalho de Vergara e Ferreira (2006), é que, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) como Presidente, as ONGs ganharam um papel de parceria nas ações governamentais, atuando desde a denúncia de déficits da atuação do Estado às propostas de enfrentamento e acesso à assistência; ou seja, deixando de lado o papel de cobrança ao governo pela efetivação de políticas públicas paralelas às atividades promovidas pelas organizações. Campos e Bresolin (2001) comentam que esse período foi favorável à proposta coordenada pela professora Ruth Cardoso, em 1997, que objetivou o desenvolvimento do trabalho voluntário denominado de Programa Voluntário do Conselho da Comunidade Solidária, conferindo maior articulação entre o governo e as organizações.

De acordo com os autores, esse cenário não foi modificado durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) que, por sua vez, fortaleceu ainda mais a parceria com as organizações. No governo de Dilma Rousseff (2011-2016), após denúncias e escândalos envolvendo ONGs e ministros do seu governo, foi criado o Marco Regulatório das ONGs, que teve o início da sua elaboração em 2011, em que estão estabelecidas as regras e normas para o funcionamento das organizações no país, visando transparência nas ações e na administração dos recursos (BRAGA; MATOSO, 2014). Essa ação não apenas valoriza e ressalta a importância da atuação das ONG no âmbito das políticas públicas, mas também assegura respaldo jurídico para as organizações, o que demonstra o respeito desse governo com o terceiro setor (MARTINS, 2016).

No trabalho realizado por Vergara e Ferreira (2005, 2006), foi constatado que, não apenas o governo, mas a sociedade brasileira também vê com bons olhos a atuação das organizações. Isso pode ser corroborado em uma pesquisa realizada pelos autores, em que buscou-se identificar qual a representação social das ONGs para os formadores de opinião do município do Rio de Janeiro, acreditando na influência exercida por essas figuras (jornalistas, professores, sindicalistas, líderes religiosos, políticos, autoridades dos poderes executivo e

judiciário) nos grupos sociais. Concluiu-se ser positiva a percepção desses líderes cariocas acerca dos trabalhos desenvolvidos por organizações (VERGARA; FERREIRA, 2005).

Souza e Medeiros (2012), por sua vez, citam em seu trabalho uma pesquisa realizada pela Data Folha no ano de 2001, em que foram entrevistadas 2.830 pessoas de 127 municípios, abrangendo todos os Estados do país, com o intuito de identificar a intenção de realizar algum tipo de trabalho voluntário. Os resultados, mais uma vez, são positivos; dos entrevistados, 41% se dizem muito dispostos a trabalhar como voluntários e 34% um pouco. Ou seja, as organizações e a atividade voluntária gozam de boa reputação no Brasil.

Ainda de acordo com os autores supracitados, os voluntários, de modo geral, sentem-se motivados quando contribuem para minimizar as injustiças sociais, e/ou o sofrimento de alguém, e quando são capazes de transmitir alegria (SOUZA; MEDEIROS, 2012). Essas características parecem estar muito presentes nos voluntários hospitalares que transitam em um ambiente científico, com regras e normas próprias, muitas vezes um ambiente aversivo para alguns. Neste ambiente, o voluntário não pode exercer nenhuma atividade técnica, prestando sempre uma assistência não-especializada, porém necessária para esta demanda ainda tão carente no Brasil que é a saúde. Aprofundaremos essa questão para uma melhor compreensão deste tipo de voluntário no tópico a seguir.

É necessário, ainda, ressaltar outro lado da moeda, que, de acordo com Teodósio (2002), reside no mito do trabalho voluntário, que aparentemente apresenta uma economia de recurso com mão de obra motivada. O autor discute os problemas relacionados a esse grupo e cita que os mais comuns são o absenteísmo, a falta de pontualidade e a execução e o cumprimento de uma escala de serviço.

1.2 Voluntário Hospitalar

O ambiente hospitalar, além de ser um local técnico, tem normas próprias como, por exemplo, o uso de luvas para procedimentos, silêncio no ambiente, a regulamentação de visitas, e em geral, lida com um cenário de dor, enfermidade, sofrimento e até morte, o que pode expor o indivíduo que atua nessa área a algum tipo de desconforto, levando até mesmo ao estresse (MONIZ, ARAÚJO, 2008; NOGUEIRA-MARTINS et al., 2010). Logo, compreende-se a atuação de voluntários hospitalares como diferenciada, por ocorrer em um ambiente distinto, que possui exigências e normas específicas para circulação e atuação (LAGOS, 2008).

Comumente, a presença do voluntariado pode contribuir para amenizar o sofrimento emocional alheio oferecendo suporte social. Embora seja uma atividade espontânea, é necessário o comprometimento por parte de quem se compromete a realizar esse trabalho.

Ser um voluntário exige responsabilidades, pois as pessoas que se beneficiam desta prática esperam que ela ocorra com periodicidade. A conscientização do compromisso que deve ser assumido com esta atividade torna-se, então, uma das bases do voluntariado (CRIPPA et al., 2014 p. 247).

Um estudo realizado por Araújo, Maia e Oliveira (1997) aponta, em seus resultados, que alguns sujeitos que atuavam na atividade voluntária a nível hospitalar haviam passado por alguma situação de adoecimento ou teriam acompanhado o processo de algum parente. Na pesquisa realizada por Moniz e Araújo (2008), em que foram realizadas entrevistas para compreender a percepção do trabalho voluntário a partir do ponto de vista de vários profissionais na área da Oncologia - como enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, médicos e administradores -, os resultados identificaram que a maioria dos entrevistados acredita ser importante a atuação do voluntário, tendo o predomínio de características positivas, apesar das críticas relacionadas a conflitos entre voluntários e profissionais, a dificuldade de controle e fiscalização da atuação dos mesmos, a descontinuidade das atividades e o despreparo (MONIZ; ARAÚJO, 2008).

Ainda de acordo com esse estudo, algumas pesquisas apontam que o voluntário da área da saúde conta apenas com seu próprio engajamento e empenho para desenvolver esse trabalho, pois muitos hospitais que aceitam o voluntário não o preparam para a sua atuação e circulação nesse ambiente específico. Para Teodósio (2002), o terceiro setor oferece ao mercado uma mão de obra não-capacitada; contudo, o autor frisa que esses indivíduos, em geral, vêm de grupos já excluídos, o que, segundo ele, vai de encontro ao rápido crescimento do setor, implicando na necessidade de sujeitos especializados.

Nogueira-Martins et al. (2010) realizaram um trabalho entrevistando 26 coordenadores de voluntariado e 26 voluntários de 25 hospitais da região metropolitana de São Paulo. Um dos objetivos do estudo foi traçar o perfil do voluntário que atua na área identificando dados relevantes, tais como: 71% dos entrevistados tinham mais de 45 anos; 89% eram mulheres; 66% exerciam atividade remunerada; variabilidade na taxa da renda e na profissão dos indivíduos. Outro dado significativo foi apontado no questionário sociodemográfico, em que todos os entrevistados afirmaram ter uma religião (NOGUEIRA-MARTINS et al., 2010).

Outro resultado que pode confirmar esses dados descritivos foi encontrado na pesquisa de Selli, Garrafa e Junges (2008) com 110 voluntários que prestavam assistência em serviços de saúde no tratamento para pessoas com câncer no estado do Rio de Janeiro. 89,5% dos voluntários eram mulheres, sendo que 79,0% tinham mais de 40 anos, 28,6% estavam aposentados, 23,8% eram profissionais liberais, 30,4% do lar; a maioria, com 41,9%, apresentava ensino superior e 37,2% segundo grau completo; a renda também teve variação: 32,4% recebiam entre 05 e 10 salários e 21,9% acima de 10.

Outra pesquisa também realizada na região sudeste do Brasil, mais precisamente junto a 95 fundações de Belo Horizonte, cadastradas no Ministério Público para prestação de contas, apenas 26 contam com trabalho voluntário; dos voluntários, 56,9% são mulheres e 43,1% são homens. Os autores observaram na distribuição do trabalho por área uma participação masculina sutilmente mais ativa nas áreas da saúde, de desenvolvimento e habitação; já as mulheres, em assistência social, cultura e recreação. Dos voluntários que atuam nessas áreas destacadas, 50,2% têm curso superior e 23,0% ensino médio (CAMPOS; BRESOLIM, 2001).

Moniz e Araújo (2008) enfatizam que “a figura assistencialista vem cedendo lugar à imagem do voluntário responsável e integrado à equipe de saúde e à unidade hospitalar” (p. 155). Pensamento este que corrobora com os achados de Campos e Bresolin (2001) e atesta a mudança mencionada no trabalho de Giacomini-Filho e Almeida (2016), que consideram o novo voluntariado mais crítico e consciente, com uma visão mais coletiva, tendo como estímulo valores humanitários e participativos.

Essa visão assistencial e meramente caridosa talvez possa estar ligada aos primórdios do voluntariado no Brasil, que, de acordo com Laurete e Souza (2008), ocorreu com a Fundação da Santa Casa de Misericórdia, no ano de 1532, na cidade de Santos. Esta tinha como foco a ajuda aos mais pobres e, a partir de então, ligaria essa atividade aos preceitos religiosos e humanitários com um caráter filantrópico.

Decorrente desse vínculo com a religião, o modelo do voluntariado foi firmado e difundido embasado nos preceitos religiosos, sendo desde o seu início associado à caridade e ao humanitarismo. Ressalta-se, da mesma forma, o caráter filantrópico do voluntariado como uma forte marca histórica herdada dos religiosos (LAURETE; SOUZA, 2008, p. 373).

Esse viés religioso da atividade voluntária é um ponto sensível para o meio hospitalar, considerando que estamos em um país laico, em que a Constituição de 1988 prevê a liberdade da crença religiosa; nenhuma crença deve ser imposta e toda ela deve ser respeitada. No

trabalho de Nogueira-Martins et al. (2010) há relatos de queixa por parte dos coordenadores pelo fato de alguns voluntários não respeitarem a recomendação de não impor suas crenças e valores, o que gera uma tensão entre os profissionais e os voluntários.

O respeito a quem está em situação de convalescência deve ir além da condição saúde-doença; deve-se respeitar o sujeito como um todo. Certamente, o voluntariado é um constructo importante que agrega valor à consolidação da justiça social como também é de uma significativa contribuição para minimizar as desigualdades sociais (SELLI et al., 2008), mas isso não deve ser, jamais, um modo de impor uma crença ou pensamento religioso.

Nogueira-Martins et al. (2010) sugerem que a atuação do voluntariado hospitalar seja vista de forma ampla, levando em consideração seus aspectos favoráveis e desfavoráveis, pois muitas vezes, como resultado dessa atividade, os voluntários ficam prejudicados por muitas horas de trabalho, a forte carga emocional e o seu comprometimento com o outro ou com o grupo pode gerar em resultados negativos para si mesmo.

Um estudo realizado por Okabayashi e Costa (2008) em três hospitais de Londrina, no estado do Paraná, constatou que dois destes hospitais recebem contribuições mensais dos voluntários e o terceiro recebe ajuda para a captação de recursos através de eventos promovidos por um grupo de funcionários, que na pesquisa não foram considerados voluntários. As pesquisadoras observaram que, no caso das contribuições mensais, a maioria dos contribuintes eram pessoas com baixa renda e escolaridade, sendo uma minoria formada por pessoas de classe média alta, apresentando-se um grupo misto de homens e mulheres. Já na promoção de eventos e arrecadação, há uma predominância de mulheres (OKABAYASHI; COSTA, 2008).

Os profissionais da área da saúde ficam de algum modo, expostos a emoções fortes e têm que lidar com a demanda do paciente, da família, do hospital (ausência de recursos, problemas nas instalações, material danificado etc.) e com as suas próprias angústias. O que os torna vulneráveis à sobrecarga emocional (LAGO, 2008).

Alguns voluntários hospitalares apresentam sintomas de estresse e da síndrome de *burnout*², principalmente os que atendem à demanda de pacientes terminais (MONIZ; ARAÚJO, 2008; NOGUEIRA-MARTINS et al., 2010; GARROSA et al., 2014), o que sinaliza a necessidade de cuidado com esses voluntários e de preparação para essa atuação por parte de profissionais como Psicólogos e Assistentes Sociais.

² Não há, na literatura, um consenso para a definição do termo; porém, essa síndrome se caracteriza por estar associada a atividades laborais, mais especificamente em profissões de caráter assistencialista e apresenta sintomas físicos, sociais e psíquicos sendo mais prolongado que o estresse (BENEVIDES-PEREIRA, 2002).

Vale esclarecer que o estado de *burnout* consiste em uma síndrome tridimensional que se forma com três componentes: exaustão emocional, despersonalização e baixa realização pessoal. Essas fases podem ocorrer associadas ou de modo independente, podendo acometer a qualquer indivíduo (CAVACO, 2016).

Isso fica muito claro no trabalho de Crippa et al. (2014) sobre voluntariado e saúde, que identificou que lidar com doenças graves, pacientes terminais, indivíduos com ideação suicida, como é o caso dos voluntários do Centro de Valorização da Vida (CVV), e pacientes oncológicos que se tornam voluntários durante o processo de tratamento, torna os voluntários muito mais vulneráveis a sofrer essa sobrecarga emocional e apresentar sintomas de fadiga, estresse, desgaste físico e mental, podendo acreditar que seu trabalho não é valorizado ou até mesmo desnecessário.

Outro conceito que vem sendo pesquisado em profissionais e voluntários da área da saúde é a fadiga por compaixão que se refere à fadiga do ajudador e acomete pessoas que sofrem e precisam de ajuda, sendo um conceito imbricado com a síndrome de *burnout*, contudo a Fadiga por Compaixão ocorre em atividade onde a compaixão é necessária para o desenvolvimento da atividade-fim e o *burnout* em profissionais que lidam com alguma clientela (LAGOS, 2008; BOIÇAS, 2015).

Para os hospitais que recebem o voluntário hospitalar, para os que coordenam esses grupos e, principalmente, para os que compõem esse grupo, é preciso atenção para que não se ultrapasse a busca pela realização satisfatória de uma ação e à sobrecarga a fim de prevenir atos prejudiciais para o voluntário e para o paciente, preservando, assim, a essência desse serviço (CRIPPA et al., 2014; NOGUEIRA-MARTINS et al., 2010; OKABAYASHI; COSTA, 2008).

Crippa et al. (2014) afirmam que, independente da instituição onde acontece a ação voluntária, é necessário que haja disciplina e algum tipo de sistematização. Contudo, quando essa atividade ocorre no ambiente hospitalar, essa normatização se torna imprescindível para que a rotina do hospital não seja afetada. Na pesquisa de Okabayashi e Costa (2008), alguns problemas foram relatados em relação à presença do voluntário no ambiente hospitalar, como oferecer alimentos a pacientes com restrição, realizar visitas fora do horário previsto, questionar condutas médicas e técnicas, além de conflitos entre funcionários e voluntários.

Garros et al. enfatizam que “o voluntariado é uma peça chave dentro de nossa sociedade e constitui um elemento fundamental para a realização dos objetivos de muitas organizações”

(GARROS et al., 2014, p. 531, tradução nossa)³ e portanto, merece ser valorizado. Porém, é necessário que fique claro o seu papel na instituição hospitalar.

A partir do exposto a respeito da atividade voluntária, torna-se claro que, quanto mais se busca compreender essa atividade e os sujeitos que nelas atuam, mais se percebe a complexidade que a permeia. No capítulo seguinte, serão discutidos os valores humanos a partir da teoria funcionalista proposta por Gouveia (2013), visto que esta apresenta as funções valorativas em dois tipos, orientação e motivação, possibilitando assim uma maior compreensão das funções valorativas que estão presentes no grupo pesquisado.

³“El voluntariado es una pieza clave dentro de nuestra sociedad y constituye un elemento fundamental para la consecución de los objetivos de muchas organizaciones” (GARROS et al., 2014, p. 531).

CAPÍTULO 2:

VALORES HUMANOS

Os valores humanos podem ser estudados por diversas perspectivas e em diferentes áreas do saber como, por exemplo, a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia, bem como as Ciências das Religiões. Para Greschat (2005), o cientista dessa área pode ter como objeto de pesquisa qualquer fenômeno religioso (crença, manifestação religiosa, sensação subjetiva etc.). Contudo, o autor ressalta que “o estudo da religião é, antes de tudo, um estudo de pessoas” (GRESCHAT, 2005, p. 80). Logo, buscar compreender os valores humanos e o quanto eles influenciam os indivíduos de um determinado grupo pode apresentar uma relevância pertinente para as Ciências das Religiões.

Conforme esclarecem Coelho et al. (2006), o conhecimento sobre valores e atitudes, seja enquanto conceito ou variação deles, pode colaborar com a possibilidade de orientar novas condutas comportamentais, e quem sabe, desse modo, estimular mais comportamentos pró-sociais a partir do estudo desses constructos. Muitos estudiosos afirmam ser possível prever comportamentos sociais a partir da análise dos valores (VIANA, 2000). Gouveia et al. (2014, p. 221) corroboram essa perspectiva, ao afirmarem que “os valores têm sido um constructo importante para compreender diversos parâmetros sociopsicológicos”. Ainda de acordo com os autores, valores podem ser transmitidos e reforçados com vários objetivos no âmbito familiar, institucional, social e cultural (GOUVEIA, 2013; GOUVEIA et al. ,2014).

Uma pesquisa realizada por Coelho et al. (2006) com estudantes de duas universidades do Estado da Paraíba, investigou os valores que prediziam atitudes positivas e comportamentos em prol do ambiente e concluiu que uma educação voltada para valores que abrangem a dimensão universalismo (justiça social, sabedoria, igualdade, um mundo em paz, harmonia interior, um mundo de beleza, união com a natureza, protetor do ambiente e aberto) pode favorecer um repertório de comportamentos e atitudes voltadas para a preservação do meio-ambiente. Logo, fica claro que motivar comportamentos pautados em valores pode ser positivo e beneficiar não apenas o indivíduo, mas o grupo e a comunidade em que ele está inserido.

Para compreender os valores na prática da atividade voluntária do grupo pesquisado, buscou-se ancorar a investigação numa teoria ainda jovem - que começou a ser estruturada na década de 90 -, que tem como foco as funções dos valores e discute a tipologia destes com base nas necessidades humanas (GOUVEIA, 2003).

Gouveia (2009, 2013) reconhece uma natureza humana benevolente, concordando com alguns autores, e acredita que, embora o homem seja capaz de praticar atos danosos e maléficos, ele tem uma essência benigna. E isso o possibilita a prática de atos voluntários em favor de outro (ou de um grupo), sem que haja a perspectiva de qualquer tipo de retribuição que o impulsiona, estando, a princípio, a motivação, apenas em ajudar o outro.

A bondade, enquanto sentimento moral, é a disposição geral para praticar o bem. Associa-se estreitamente à compaixão, que é a necessidade de aliviar o sofrimento dos outros, e ao altruísmo, que é a emoção social que dela deriva. Estes sentimentos estão na base de comportamentos pró-sociais e pró-ambientais importantes, que implicam a cooperação e a confiança nos outros (LENCASTRE, 2012, p. 114).

A maior parte das teorias acerca da motivação dos valores tem a sua ênfase na necessidade, ou melhor, na satisfação desta. As principais teorias referidas por Gouveia (2013), apresentadas brevemente, são as seguintes.

A *Teoria Motivacional Triádica*, proposta por Clayton Alderfer, foi estruturada para a área organizacional a partir da Teoria a Hierarquia das Necessidades, porém, com algumas ressalvas. Nessa teoria, há uma compreensão de que os indivíduos podem focalizar mais de uma necessidade e que, se não alcançarem a satisfação de uma necessidade em nível elevado, uma de nível mais baixo, ainda que já satisfeita, voltará à prioridade. Isso foi pensado pelo propositor da teoria como um modo de ser aplicado para satisfação dos sujeitos no âmbito das organizações (GOUVEIA, 2013).

A *Teoria Bifatorial de Herzberg* buscou compreender a motivação e a necessidade dos indivíduos dentro das empresas, que foram divididas em duas modalidades: motivacionais e higiênicas. As necessidades higiênicas (extrínsecas) são mobilizadas por questões externas e alheias à vontade do sujeito, como o valor do salário, por exemplo. As necessidades motivacionais (intrínsecas) se desenrolam dentro da subjetividade do sujeito, como o modo que ele desempenha sua atividade ou o que sente ao ser reconhecido profissionalmente. Contudo, a proposta da teoria é que as necessidades higiênicas sejam satisfeitas para que não se promova a insatisfação do indivíduo, a fim de que as necessidades motivacionais possam se desenvolver e estimular o potencial do sujeito a partir de sua motivação (GOUVEIA, 2013).

A *Teoria das Necessidades Aprendidas*, de McClelland, postula que existem necessidades aprendidas e socialmente adquiridas a partir da interação do sujeito com o meio. As necessidades motivadoras foram classificadas em três: afiliação, poder e realização. O

autor destaca que todos os indivíduos possuem as três, porém, uma das necessidades será mais dominante que as outras duas, o que possibilita o desenvolvimento de motivações para gerar a satisfação (GOUVEIA, 2013).

A *Teoria da Hierarquia das Necessidades* foi produzida pelo psicólogo Maslow (1954) para um enquadramento clínico. Ela influenciou várias teorias, inclusive as citadas anteriormente e a utilizada neste trabalho. A teoria se baseia na necessidade de forma hierárquica partindo das baixas (fisiológicas) para a mais elevada (autorrealização) e, de acordo com essa hierarquia, as necessidades básicas precisam estar satisfeitas para que o indivíduo seja capaz de realizar as de ordem superior (GOUVEIA, 2013). É possível concluir que, quanto maior a necessidade, e maior será motivação, pois, se a necessidade estiver satisfeita, o sujeito não terá estímulo para realizar ações que levem à satisfação. Essa teoria ainda é considerada importante nos dias atuais, pois através dela foi possível compreender as necessidades humanas como determinantes para que um indivíduo adotasse determinados comportamentos.

Para Gouveia (2013), há nas teorias uma concordância a respeito das necessidades. Contudo, a Teoria da Hierarquia das Necessidades apresenta-se de forma mais completa, ao classificar as necessidades de modo ascendente e por conceber a natureza humana de forma benévola (GOUVEIA, 2013; MASLOW, 1954).

Muitos estudos apontam que animais e humanos apresentam comportamentos pró-sociais com aparentados e não-aparentados. Há muitos indícios que corroboram a ideia de uma natureza humana benevolente, a saber, o potencial para a colaboração; à medida que a comunicação e cultura foram se desenvolvendo, a transmissão de sentimentos sociais entre os indivíduos foi se expandindo, permitindo ao homem contar com os critérios que guiam suas ações em comportamentos que estão porvir. Vale ressaltar que cada sociedade tem suas peculiaridades e prioridades valorativas (GOUVEIA, 2013; LENCASTRE, 2012). Sendo assim, pensar na universalidade dos valores não assegura sua prioridade ou prevalência em determinados grupos (COELHO, 2006; TAMAYO, 2007; GOUVEIA, 2013).

A origem dos valores é algo difícil de ser discutido e delimitado. Porém, ela pode estar situada em um complexo biopsicobiológico, e cada teórico vai buscar um modo de esclarecer ou interpretar essa origem. Dessa maneira, Gouveia (2013) assevera que há indícios científicos capazes de explicar biologicamente porque algumas pessoas elegem determinados valores para conduzirem suas escolhas e ações, e acredita que a Psicologia Evolutiva oferece uma possibilidade de compreender as necessidades como preditivas de valores dentro do processo evolução/adaptação, considerando a importância dos fatores psicológicos dentro

desse processo. O autor ressalta, ainda, a importância da evolução não se restringindo apenas ao homem biológico ou social, mas englobando esses fatores além dos psicológicos e individuais.

Gouveia destaca que “a explicação de traços psicológicos a partir do processo de adaptação é apenas uma das possíveis, porém, certamente é a que mais se aproxima da natureza humana como não estritamente biológica, envolvendo elementos sociais e culturais” (GOUVEIA, 2013, p. 37).

A motivação tende a desencadear comportamentos para satisfazer as necessidades; ela representa as forças que agem no indivíduo e produzem ativação, direção e persistência voluntária para alcançar determinada meta (GOUVEIA, 2013, p. 29).

Foram apresentadas acima as principais teorias motivacionais. A seguir serão apresentados, de forma resumida, os principais teóricos que são prevalentes no tema *Valores*.

O psicólogo Milton Rokeach postulou um sistema de valores que foram divididos em terminais e instrumentais. Outra grande contribuição foi definir o conceito de tal modo a diferenciá-lo de outros constructos como atitude, por exemplo. Contudo, a ideia de que o valor é uma crença duradoura tornou sua teoria alvo de críticas, pois, nesse caso, deveria se pesquisar as crenças e não os valores (EISENBERG et al., 1989). A falta de consistência de algumas informações nessa teoria estimulou outros estudos, como o de Schwartz (1994), que tem sido muito utilizado no campo da Psicologia (SANTOS et al., 2012), este sistema é focado nos tipos motivacionais dos valores.

O trabalho de Rokeach foi uma referência para Schwartz (1994), que, por sua vez, realizou vários estudos empíricos e, na aplicação funcional, também manteve semelhanças, sendo considerado por alguns autores “uma versão melhorada de Rokeach” (VIANA, 2000, p. 30). Todavia, o autor fundamentou de modo insuficiente sua teoria e a técnica utilizada para validar seu modelo também foi alvo de críticas (GOUVEIA, 2013).

Já a tipologia proposta por Inglehart (1991) foi elaborada com foco na dimensão cultural dos valores das sociedades industriais e, diferentemente dos modelos anteriores, este foi fundamentado de forma mais consistente. Contudo, não chega a ser uma teoria, e sim uma explicação das mudanças culturais em virtude de uma das dimensões (VIANA, 2000).

Para Inglehart (1991), a evolução moral das sociedades se dá na passagem do que ele denominou de valores materialistas para os pós-materialistas, pretendendo, assim, identificar uma explicação para isso tanto nos fatores econômicos quanto nos sociais de uma

determinada cultura. Um ponto positivo nessa obra é retirar dos valores específicos asserção das necessidades humanas, o que motivou Gouveia (1998) na proposta de uma nova tipologia de valores básicos (VIANA, 2000). Gouveia (1998, 2003, 2013) sugere uma teoria integrativa, não se opondo aos modelos mais influentes, incluindo o de Inglehart (1991), e tem seu alicerce na Teoria proposta por Maslow (VIANA, 2000).

O autor propõe uma tipologia de Valores Humanos Básicos, baseada nas necessidades humanas e universal e se utiliza de 24 valores primários (VIANA, 2000; GOUVEIA, 2003; GOUVEIA, 2013). Porém, a versão mais conhecida e utilizada possui 18 itens e o instrumento é denominado Questionário dos Valores Básicos (QVB) (GOUVEIA, 2013). Quando se refere a valores básicos, Gouveia atesta que

Eles são vistos como princípios-guia disponíveis para todos os seres humanos, mas que podem ser assumidos em magnitudes distintas, uma vez que emergem associados às experiências de socialização e dependem do contexto sociocultural de cada pessoa (GOUVEIA et al., 2008, p. 431).

Esses critérios de orientação que guiam as ações do sujeito, de acordo com Gouveia (2013), podem ser transmitidos por diferentes figuras da vida que servem de referência, como pais, professores, líderes religiosos, amigos ou instituições, e essa transmissão se justifica na serventia dos valores. Isso fica claro quando o autor afirma que “os valores servem para explicar as atitudes, as crenças e os comportamentos das pessoas em contextos concretos da vida cotidiana, refletindo tanto a sua orientação como as suas necessidades” (GOUVEIA, 2013, p. 115). A seguir, será abordada de forma mais profunda a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos.

2.1 A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos

De acordo com a teoria de Maslow (1954), o ser humano, para ter uma vida saudável, necessita de um sistema de valores para regular sua conduta, ou algo equivalente, como uma religião ou filosofia de vida que possa servir como bússola para o sujeito. O autor acredita que, não sendo desse modo, pela ausência de uma ideologia condutora, a existência se torna doentia.

É comum, em discussões sobre valores ouvir dizer que eles mudaram ou que não são mais importantes para a sociedade. Todavia, Gouveia (2013) discorda e diz que os valores não

se modificam e sim as prioridades que os sujeitos atribuem a eles.

De certo modo, a ideia de evolução social implica a concepção de incorporação de valores novos, o que também suscita debates sobre valores negativos, contravalores e/ou crise de valores. Provavelmente isso não existe; [...] Possivelmente os valores são os mesmos em qualquer contexto ou época; e assim tem sido desde quando nasceram as sociedades humanas precisando se organizar de acordo com valores que asseguram uma estrutura social razoável, que permitissem perpetuar ideias, costumes e saberes (GOUVEIA, 2013, p. 46).

Tamayo (2007) comenta que, nas pesquisas comparativas realizadas por Inglehart (1985), a hierarquia dos valores se mostra firme ao longo das épocas, corroborando o pensamento de Gouveia (2013) a esse respeito. Esta teoria, com o cerne nas funções dos valores, ressalta que duas delas, por serem presentes em outros modelos, tornaram-se basilares, sendo elas: a função de guiar as ações e a de expressar as necessidades, respectivamente um tipo de orientação e tipo de motivador (GOUVEIA, 2013; INGLEHART, 1991; ROKEACH, 1973).

Os pressupostos teóricos que fundamentam a teoria funcionalista mantêm o foco nas funções valorativas (GOUVEIA, 2013; GOUVEIA et al., 2014), o que possibilita especificar e se aprofundar em cada uma das partes que constituem o núcleo desta teoria, uma a uma, de forma objetiva (GOUVEIA, 2013):

- *Natureza humana*: é considerada positiva, o que implica em compreender, desse mesmo modo, os valores, ainda que haja algum que possa ser interpretado como negativo, como o *poder*. Contudo, na teoria funcionalista ele é visto como positivo à medida que se integra em um sistema de valores (MASLOW, 1954; GOUVEIA, 2013).
- *Princípios-guias individuais*: podem se manifestar de forma individual ou em grupo; são consideradas representações mentais das necessidades humanas que limitam os estímulos pessoais-individuais em favor do social. Isso é reforçado pela cultura, que torna possível socializar os valores desejáveis para manter o equilíbrio com base em valores que se tornem um padrão em determinado grupo ou sociedade (GOUVEIA et al., 2014; GOUVEIA et al., 2009).
- *Base motivacional*: essa teoria, por conceber a natureza humana como benévola, considera, assim, as necessidades sendo todas elas positivas; já os

comportamentos inadequados são compreendidos como resposta do descontentamento em relação a uma necessidade não satisfeita (MASLOW, 1954).

- *Terminal*: assim são conceituados (os valores), por apresentarem finalidade em si mesmos e por colocarem em destaque as metas superiores que ultrapassam as necessidades biológicas imperiosas. Algumas teorias utilizam a tipologia de valores da seguinte forma: instrumentais e terminais. Nessa teoria, apenas os terminais são utilizados devido à precisão, ao menor número e à sua orientação geral e transcendente (ROKEACH, 1973; GOUVEIA, 2013).
- *Condição perene*: essa concepção de permanente se dá pela crença de que os valores são sempre os mesmos; visto que não há um final social previsto e que, apesar das mudanças históricas e culturais, os valores que mantêm o equilíbrio; nessa teoria, o tempo é compreendido como cíclico (GOUVEIA, 2013).

Em geral, valores são mencionados usualmente de muitas formas como uma característica do sujeito ou para designar quantia, bens, mérito etc. Uma preocupação pertinente de Gouveia (2013) na fundamentação da sua teoria foi em diferenciar valores de outros conceitos, como, por exemplo, crenças, atitudes, ideologias. O autor sintetizou isso da seguinte maneira:

Os valores são menos pessoais e resistentes à mudança do que os traços de personalidade, porém, são mais gerais e estáveis que as atitudes. São menos específicos que os interesses, as necessidades e as valências, porém mais específicos que as ideologias, os estilos de vida, os axiomas e as representações sociais (p. 125).

Os tipos de orientação servem para conduzir o comportamento humano para uma direção, englobando três metas implícitas: social, pessoal e central (GOUVEIA, 2013; OURO, 2013). As suas funções também podem ser definidas como “aspectos psicológicos que os valores cumprem ao guiarem comportamentos e representarem cognitivamente as necessidades humanas” (GOUVEIA et al., 2009, p. 37).

Na percepção de Gouveia (2013), indivíduos que se guiam por valores sociais (foco intrapessoal) se baseiam por metas sociais com a atenção voltada para o grupo/comunidade, enquanto que os que são conduzidos por valores pessoais (foco interpessoal) se baseiam por metas mais individualistas; a direção central é o pilar entre os dois, sendo este terceiro grupo de valores para a teoria “a base estruturante ou a espinha dorsal da organização valorativa” (p.

133), referindo-se à vida como um todo e contendo em si o eixo para as outras orientações (social e pessoal).

Orientação Pessoal: o indivíduo guiado por essa orientação apresenta atenção autocentrada e tem como prioridade seus próprios interesses; as subfunções que representa essa orientação são experimentação e realização.

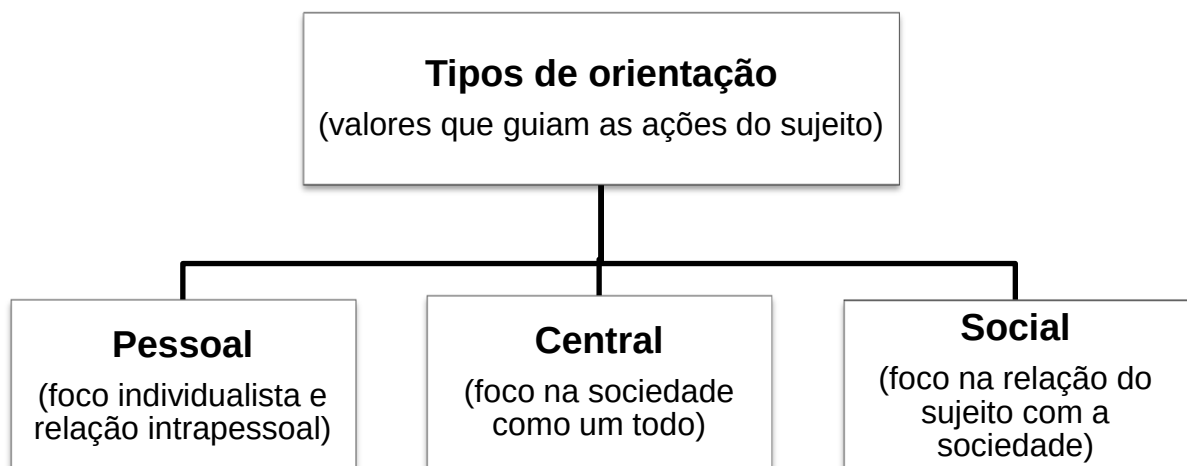
Orientação Social: o indivíduo guiado por essa orientação apresenta foco interpessoal e tem como prioridade os interesses da comunidade, representado pelas subfunções interativa e normativa.

Orientação Central: essa é uma orientação conciliável entre os valores pessoais e sociais, situados entre os dois na condição de pilar; o sujeito guiado por esse valor manifesta um propósito maior, que vai além dos próprios interesses e da sua comunidade ou grupo, e se apresenta nas subfunções suprapessoal e existência.

Os tipos de orientação podem ser observados de forma horizontal sem nenhum conflito em si ou entre os outros (GOUVEIA, 2013), como é possível observar na figura 1.

A segunda função dos valores, intitulada de tipo motivador, se constitui na expressão das necessidades humanas através dessas duas categorias e pode ser pensada como uma dimensão vertical na teoria proposta (GOUVEIA et al., 2009; GOUVEIA, 2013), partindo do pressuposto de que todos os valores podem ser classificados em termos *materialistas* (pragmáticos), que se referem a ideias práticas e uma orientação para metas, ou *humanitários* (idealistas), que se referem a princípios e ideais abstratos e uma orientação para o social (GOUVEIA, 2013).

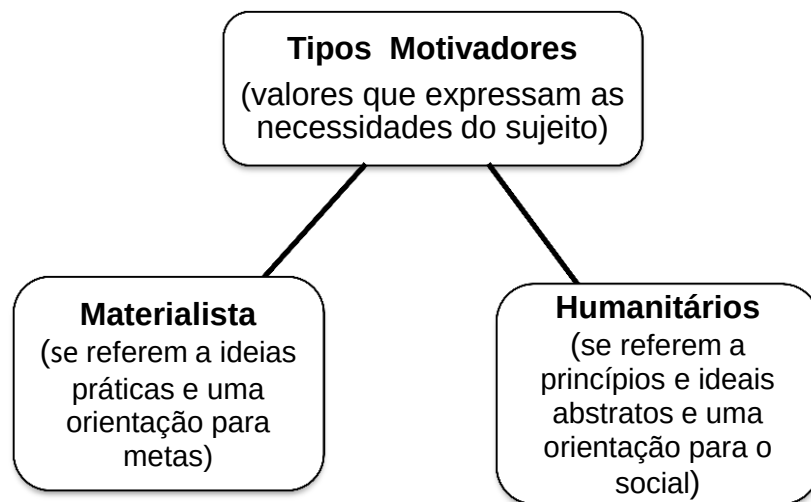
Figura 1 – Estrutura Tipos de Orientação dos Valores



Fonte: Elaboração própria.

Os valores *materialistas* e *humanitários* conferem ao indivíduo orientações diferentes, contudo, não são concebidos nessa teoria como discordantes e sim complementares (GOUVEIA, 2009; GOUVEIA, 2013), visto que o sujeito que adota o primeiro princípio como guia dá mais atenção “à própria existência e às condições nas quais ela é assegurada” (GOUVEIA, 2013, p. 135). Os que adotam os princípios humanitários apresentam “menos dependência dos bens materiais e considerando as pessoas iguais entre si, além de apreciar as relações interpessoais como um fim” (GOUVEIA, 2013, p. 136).

Figura 2 – Estrutura Tipos Motivacionais



Fonte: Elaboração própria.

A partir da relação dos eixos, deve-se pensar os tipos de orientação de forma horizontal e os tipos de motivações de forma vertical, ao passo que, ao se cruzarem, derivam seis subfunções; são elas: experimentação, realização, suprapessoal, existência, interativa e normativa (GOUVEIA et al., 2012). Essas subfunções, de acordo com Gouveia, se relacionam com os tipos motivacionais da teoria de Schwartz (GOUVEIA, 2013). Contudo, não são idênticas.

As subfunções são consideradas “estruturas latentes” (GOUVEIA, 2013, p. 139), havendo potencial para sua observação. Contudo se fazia necessário algo mais manifesto e apreciável para simbolizá-las e, com isso, utilizá-las do modo aplicável em pesquisa. Para isso, foram utilizados 18 (dezoito) valores específicos, relacionados abaixo, como indicadores valorativos que representam as subfunções, e esses valores resultam da fusão das duas dimensões funcionais já mencionadas anteriormente e que podem ser observados da seguinte maneira:

Quadro 1 – Estrutura dos valores específicos, subfunções e motivadores

SUBFUNÇÕES	MOTIVADORES E ORIENTAÇÕES	VALORES BÁSICOS
Experimentação	Motivador humanitário + Orientação pessoal	EMOÇÃO PRAZER SEXUALIDADE
Realização	Motivador materialista + Orientação pessoal	PODER PRESTÍGIO ÊXITO
Existência	Motivador materialista + Orientação central	SAÚDE ESTABILIDADE SOBREVIVÊNCIA
Suprapessoal	Motivador humanitário + Orientação central	BELEZA CONHECIMENTO MATURIDADE
Interacional	Motivador humanitário + Orientação social	AFETIVIDADE CONVIVÊNCIA APOIO SOCIAL
Normativa	Motivador materialista + Orientação social	OBEDIÊNCIA RELIGIOSIDADE TRADIÇÃO

Fonte: Elaboração própria.

Ao recorrer a essa teoria, concorda-se com a citação de Santos et al. (2012), que atesta que “de fato pesquisas sugerem a importância dos valores devido à sua forte associação com diversos constructos tais como religiosidade” (p. 286). Na pesquisa realizada pelos autores, foi verificada a influência dos valores no compromisso religioso; eles identificaram que os indivíduos que seguem normas e cumprem deveres apresentam maior compromisso religioso. “O compromisso religioso se correlacionou positivamente com os valores sociais (normativos e interativos)” (SANTOS et al., p. 291).

Em um estudo transcultural com estudantes brasileiros e espanhóis realizado por Gouveia (1998), comparando valores, observou-se, de forma geral, que os valores considerados mais importantes são aqueles que cumprem um critério de orientação social. Entre eles estão a amizade, a afetividade e o apoio social.

Outra pesquisa realizada por Gouveia et al. (2014) com doadores e não doadores de sangue identificou que as correlações entre os constructos altruísmo e comportamento de ajuda apresentaram diferenças, sendo que o grupo de doadores apresentou forte relação com os valores humanitários.

Pesquisas têm sido realizadas em muitos países, como Espanha, Inglaterra, México, Nova Zelândia, Peru, além do Brasil, e o instrumento QVB apresentou índices psicométricos adequados na maioria dos estudos (GOUVEIA, 2013).

Valores e religiosidades estão relacionados, do mesmo modo que os termos religião e religiosidade, que muito embora sejam conceitos distintos, não devem ser vistos de forma dissociada. Segundo Gomes et al. (2014), a religiosidade seria a expressão do homem religioso para sua prática, que em geral está intimamente ligada à institucionalização religiosa. Gouveia et al. ampliam esse conceito enfatizando a questão da subjetividade implícita nesse constructo e se referem da seguinte forma ao conceito de religiosidade:

Entretanto, crer em um deus pessoal ou numa realidade transcendente, a importância atribuída a um deus na vida, a obtenção de consolo na religião e ter momentos de oração ou contemplação, todos estes traços e atitudes referem-se ao que se denomina de religiosidade (GOUVEIA et al., 2012, p. 285).

Destarte, a religiosidade pode ser compreendida como um valor, sendo utilizada na tipologia dos valores básicos por Gouveia (2013). Em uma pesquisa realizada por Gouveia e colaboradores (2012) sobre a relação do compromisso religioso e valores com dois estudos específicos, foi possível constatar a estreita relação desses constructos. Em seus dados, identificou-se que sujeitos com alto nível de compromisso religioso em geral são os que cumprem regras sociais e que valorizam a participação em grupos. E sobre essa relação, os autores afirmam que

Tais estudos demonstram a forte associação entre a religiosidade e os valores humanos. Se considerarmos a religiosidade como um dos fatores constituintes do compromisso religioso, os valores humanos podem ser considerados como variáveis relevantes na predição deste compromisso (GOUVEIA et al., 2012, página. 287).

Dessa maneira, as funções valorativas, ao serem analisadas, possibilitam a compreensão de determinados comportamentos, bem como sua correlação com outras variáveis. Como foi possível observar através da Teoria Funcionalista os valores humanos estão intimamente ligados com a religiosidade e com comportamentos pró-sociais e por que não dizer que também estão com sentido de vida, visto que para Frankl (1987) o ser humano pode viver ou até morrer por seus valores.

Assim, no capítulo subsequente, serão realizadas considerações teóricas sobre as outras

variáveis investigadas nesta pesquisa: sentido de vida e religiosidade. Ademais, serão apresentados conceitos da teoria de Viktor Frankl (1987) com ênfase na religiosidade/espiritualidade a partir da perspectiva do autor.

CAPÍTULO 3:

SENTIDO DE VIDA E RELIGIOSIDADE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Para uma melhor compreensão de conceitos da teoria de Viktor Frankl (1987), como o sentido de vida, é importante considerar como ela foi desenvolvida. O termo “Logoterapia” deriva da palavra “*logos*”, que tem origem grega e significa “sentido”; é conhecida também como a Terceira Escola Vienense de Psicoterapia (em alusão à Psicanálise e à Psicologia Individual, postuladas por Freud e Adler, consideradas respectivamente a primeira e a segunda escola psicoterápica de Viena) e consiste em uma terapia focada no sentido de vida. Frankl (1987), por acreditar em *vontade de sentido*, fez diversas críticas à teoria freudiana e à adleriana, que postulavam a *vontade de prazer* e a *vontade de poder*.

A Logoterapia surge na primeira metade do século XX. No ano de 1926, Viktor Frankl, ao apresentar um trabalho em um congresso na Associação de Psicologia Médica em uma cidade da Alemanha, usou pela primeira vez o termo Logoterapia (RODRIGUES; BARROS 2009). Ficou claro, nessa ocasião, não apenas as diferenças entre Frankl e Adler, mas principalmente que havia sido adubada a semente da teoria de Viktor Frankl.

Conforme Aquino (2014), Frankl teve grande interesse pela psicanálise e chegou a se corresponder, na juventude, com Freud. Porém, ao estudar a Psicologia Individual, tornou-se não apenas admirador de Adler, mas também seu seguidor. Entretanto, esse vínculo não durou, pois Frankl foi rejeitado pelo grupo adleriano por discordar do psicologismo proposto na Psicologia Individual (AQUINO, 2013; 2014). Essa ruptura conduziu Frankl a voltar o olhar para as questões práticas da psicoterapia e não apenas filosóficas.

A logoterapia diverge da psicanálise na medida em que considera o ser humano um ente cuja preocupação principal consiste em cumprir um sentido, e não na mera gratificação e satisfação de impulsos e instintos, ou mera reconciliação dos reclamados conflitantes de id, ego e superego, ou na mera adaptação e no ajustamento à sociedade e ao meio ambiente (FRANKL, 1987, p. 120 e 121).

As críticas de Frankl (1987) a outras teorias não se davam apenas pelas premissas adotadas por seus autores, mas também pelo reducionismo da dimensão espiritual/noológica. De acordo com Lima Neto (2013), o pai da Logoterapia lutava pela humanização da Psicologia e da Psiquiatria no intuito de reaver esse elemento inerente à natureza humana,

bem como inserir a possibilidade de desdobramento dessas ciências o reconhecimento, o respeito e a valorização da dimensão espiritual, a dimensão exclusivamente humana.

O reconhecimento da instância espiritual ocorre, em Logoterapia, de maneira filosófica e psicológica, mas de modo algum de forma religiosa no sentido de julgamentos ou moralismos. Tal reconhecimento é potencialmente aberto a incluir no âmbito psicológico os fenômenos espirituais e religiosos, abordando-os de forma fenomenológica e, sobre tudo, psicológica (LIMA NETO, 2013, p. 228).

Na perspectiva frankliana, a religião é considerada um fenômeno presente no homem, como tantos outros. Contudo, o autor enfatiza que, para a Logoterapia, a existência religiosa e/ou irreligiosa no sujeito deve ser considerada como coexistente e respeitada, devendo-se sempre assumir uma postura neutra frente a essas manifestações (FRANKL, 2007).

Lima Neto (2013) ressalta que Frankl compreende a conexão do ser humano com aquilo que é considerado sagrado de modo autêntico e natural. Esta relação se daria por meio dos “fenômenos religiosos” (p. 228), porém, não de forma institucionalizada ou moralizada, mas pela dimensão espiritual.

A dolorosa experiência vivida nos campos de concentração certamente ampliou as perspectivas para o desdobramento dessa filosofia de vida e técnica terapêutica, pois, para Frankl (1987), a Logoterapia considera como sua tarefa ajudar o paciente a encontrar o sentido em sua vida. Sobre isso, o autor afirma que

A visão de homem da logoterapia se sustenta sobre três pilares: a liberdade da vontade, a vontade de sentido e o sentido de vida. [...] Afinal a liberdade da vontade significa a liberdade da vontade humana, e esta é a liberdade de um ser infinito. O homem não é livre de suas contingências, mas sim, livre para tomar atitude diante de quaisquer que sejam as condições que sejam apresentadas a ele (FRANKL, 2011, p. 26).

No pensamento de Frankl (2011), a liberdade de vontade se constitui uma oposição ao princípio do determinismo, segundo o qual tudo o que acontece no mundo está predeterminado, até mesmo a vontade humana. Para o autor, o ser humano tem a refinada capacidade de autodistanciamento, que lhe permite afastar-se não apenas de uma situação, mas também de si e, portanto, sua liberdade de vontade lhe permite escolher qual comportamento (sentido) adotar frente a cada situação.

Contudo, esse “dar sentido à vida” vai além de uma simples razão, pois o autor acredita que “ser humano é ser direcionado a algo que não si mesmo” (FRANKL, 2011, p. 67). Desta

feita, o sentido é algo além do sujeito e que não se pode ser criado; ele deve ser descoberto, visto que o sujeito tem a liberdade de querer ou não realizar esse sentido em potencial para sua vida a partir da descoberta do mesmo, e nisso consiste a sua liberdade.

Todavia, a busca pela realização de um sentido pode ser confundida com a busca da felicidade e as pessoas ficam tão focadas em ser felizes ao ponto de não perceber que a felicidade se dá em decorrência de algo, como um subproduto de alguma ação ou fato. Portanto, se há um motivo para se sentir feliz, o sujeito sentirá de modo natural, não sendo necessário que esta condição (de felicidade) se torne uma busca em si mesma (FRANKL, 2011; OURO, 2013).

Ferraz et al. (2007), em uma revisão da literatura sobre felicidade, identificaram que muitos estudos foram realizados no sentido de compreender como sentimentos negativos afetam a saúde; porém, pouco se buscou sobre afetos positivos no sentido de prevenção e bem estar. Um dado relevante verificado pelos autores é que pessoas que se dizem religiosas ou espiritualistas apresentam maiores escores de felicidade, bem como determinados traços de personalidade e nível de autoestima.

A maioria dos aspectos relacionados à felicidade é de cunho psíquico (personalidade, otimismo, resiliência, gratidão, presença de altos escores de emoções positivas). É possível que alguns dos aspectos socioculturais associados, como a religiosidade, operem pelo menos em parte mediados por questões emocionais (FERRAZ et al., 2007, p. 241).

A religiosidade/espiritualidade, nessa perspectiva identificada pelos pesquisadores como fator positivo para felicidade, reforça a visão positiva de Frankl da presença desse fenômeno na vida humana (FRANKL, 2011).

Frankl (1987), refletindo a partir de um aforismo do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, atesta diz “quem tem *por que* viver, suporta quase todo *como*” (p. 121), percebe que elas corroboram suas observações nos campos de concentração onde “aqueles que sabiam que havia uma tarefa esperando por eles tinham maiores chances de sobreviver” (p. 121), inclusive menciona que pesquisas com prisioneiros de campos de guerra (não apenas de judeus, mas coreanos, japoneses, vietnamitas) apontam para essa mesma observação. Portanto, ter um sentido para viver pode favorecer o sujeito a buscar a preservação da vida.

Retomando a questão da liberdade na compreensão de Frankl (2011), o autor assevera que esta deve ser vivida de forma responsável, para que tenha sentido. Ao criticar o reducionismo, alerta para o perigo de relegar a consciência (fenômeno importante para a vivência da liberdade) a um lugar sem importância, visto que, para ele, fenômenos como esse

não podem ser considerados como “subumanos”, pela relevância que exercem na vida do ser humano. Ele endossa, ainda, o quanto a consciência, assim como o amor, podem viabilizar outra capacidade humana, a autotranscendência.

Como exemplo, tomarei dois fenômenos que, provavelmente, são os mais humanos: o amor e a consciência. Essas são as duas mais surpreendentes manifestações de outra capacidade exclusivamente humana, a capacidade de *autotranscendência*. O homem transcende a si mesmo tanto em direção a outro ser humano, quanto em busca do sentido (FRANKL, 2011, p. 29, grifos originais).

De acordo com Pereira (2014), a reponsabilidade que decorre da consciência moral do homem e a transcendência de si a partir desta consciência seriam o modo do indivíduo se relacionar como o que considere sagrado.

[...] ao mesmo tempo em que objeta contra teses centrais da psicanálise sobre o tema, deixando claras as diferenças entre o superego freudiano e a consciência moral, bem como negando a “psicologização” de Deus, como protótipo imagético da autoridade e poder do pai na infância. *Para Frankl, então, em seu caráter transcendente, a consciência moral “fala” ao homem a partir de uma região extra-humana, e o homem também “fala” a este Tu eterno, em um diálogo que se funda na vivência existencial concreta de cada vida humana* (PEREIRA, 2014, p. 43, grifo nosso).

Na obra de Frankl (2011), a consciência moral seria a capacidade do sujeito de “elevar-se sobre si, de julgar e avaliar as próprias ações e a própria realidade em termos morais e éticos” (p. 28), bem como uma contraposição clara ao conceito de superego proposto por Freud, e uma crítica ao condicionamento proposto pelos teóricos comportamentais. Frankl postula que a autotranscendência pode se dar por meio de uma descoberta do sentido; essa descoberta deve ocorrer, segundo ele, ao sujeito no mundo, em suas vivências e experiências e não internamente como se poderia supor. O sentido em potencial não se realizará a nível cognitivo ou numa explosão sentimental internamente no sujeito, e sim através de algo externo ao homem.

Quanto mais a pessoa esquecer de si mesma - dedicando-se a servir uma causa ou amar outra pessoa - mais humana será e mais se realizará. O que se chama de auto-realização não é de modo algum um objetivo atingível, pela simples razão de que quanto mais a pessoa se esforçar, tanto mais deixará de atingi-lo. Em outras palavras, auto-realização só é possível como efeito colateral da autotranscendência (FRANKL, 1987, p. 127).

Frankl (2011) considerava haver aproximação entre seu pensamento e o de Maslow, no que diz respeito à busca e à concretude da autorrealização. Porém, do ponto de vista frankliano, esse fato ocorre apenas quando não é o foco do indivíduo, ocorrendo de forma espontânea em decorrência da realização de um sentido, e não quando todas as necessidades são satisfeitas. A esse respeito, o autor pondera que,

Na verdade o homem não se importa com o prazer, nem com a felicidade enquanto tais, mas com aquilo que venha a causar tais efeitos, seja a realização de um sentido pessoal, seja pelo encontro com o Ser Divino. [...] Se causas químicas substituírem razões espirituais, os efeitos serão meros artefatos (FRANKL, 2011, p. 56).

A autotranscendência na teoria de Frankl é uma possibilidade real para o ser humano, por se constituir um fenômeno exclusivo da natureza humana. De acordo com Aquino (2013), na percepção de Frankl, a religiosidade também se constitui um fenômeno exclusivamente humano, sendo uma manifestação intrínseca à sua natureza e ao seu anseio por um sentido que responda e justifique sua existência no mundo (FRANKL, 1987; 2011).

Para Frankl (2011), essa possibilidade de refletir sobre si mesmo, ter consciência de si ou até mesmo ignorar a si faz o homem experimentar a sua dimensão denominada pelo autor de noológica da existência humana, que é uma palavra que deriva do termo grego *noos*, que significa “mente”; cunhando, assim, na Logoterapia, um termo próprio para designar questões referentes a fenômenos humanos (FRANKL, 1987). E nisso está inclusa a religiosidade.

3.1 Religiosidade/Espiritualidade à luz da Teoria de Frankl

Os conceitos de religiosidade e espiritualidade são muitas vezes utilizados como sinônimos ou para designar uma mesma ação ou comportamento; porém, eles são distintos e, em geral, estão associados à religião. Jung (2012) apresenta uma definição que se ajusta à proposta deste trabalho que diz o seguinte:

Eu gostaria de deixar bem claro que, como o termo “religião”, não me refiro a uma determinada profissão de fé religiosa. A verdade, porém, é que toda confissão religiosa, por um lado, se afunda originalmente na experiência do numinoso, e, por outro na *pistis*, na fidelidade (lealdade), na fé e na confiança em relação a uma determinada experiência de caráter numinoso e na mudança de consciência que daí resulta. [...] Poderíamos, portanto, dizer que o termo “religião” designa a atitude particular de uma consciência transformada pela experiência do numinoso (p. 21).

A relação com o sagrado é algo absolutamente íntimo e não necessariamente precisa ser mediada pela religião. Boff (2001) diz que a religião pode ser observada como uma canalização da água; a fonte, porém, é encontrada pelo sujeito no diálogo com o Sagrado no desenrolar de sua dimensão espiritual, pois, para o autor, a religião está para as prescrições éticas e morais, mas a espiritualidade está para a vivência do sujeito de uma experiência totalmente subjetiva.

De acordo com Silva (2009), a religião exerce uma função relevante nas sociedades e assume um aspecto expressivo em determinadas culturas no que diz respeito a conflitos políticos e relação de poder. Já a religiosidade, de acordo com Aquino e Oliveira (2014), pode ser compreendida como uma forma de resposta aprendida na convivência em sociedade, por meio de múltiplas mediações, sejam através de costumes, valores, normas, crenças, papéis, rituais, mitos, símbolos percebidos individualmente ou nas em relações sociais. Silva (2014) sintetiza que “a religiosidade representa a busca do sentido para a vida acompanhada na crença em um ser superior e há uma relação do indivíduo com Deus ou uma Força Transcendente” (p. 16).

Na compreensão de Frankl (2011), a espiritualidade não se caracteriza exatamente como uma dimensão humana, mas como uma dimensão especificamente humana, algo próprio da natureza humana. Contudo, não se limita apenas a ela, visto que o homem é um ser total composto de outras dimensões (corporal, psíquica). O autor frisa, ainda, que o âmago dessa totalidade está na dimensão *noética*, espiritual (FRANKL, 1995).

No pensamento frankliano, a religiosidade é percebida como propícia para o ser humano, não tendo um caráter nocivo. Na ontologia dimensional proposta por Frankl (2011), o homem é concebido como uma unidade mesmo tendo em si uma multiplicidade, e sugere que o sujeito seja observado na perspectiva noológica. Essa concepção faz parte da visão do autor contraposta à ideia de religião e religiosidade como causadoras das neuroses, pois para ele, um neurótico pode ser religioso, já que não compreende a neurose como danosa à religiosidade e vice-versa. Frankl (2011) afirma ainda que “nossa evidência sugere que a religião não é apenas uma questão de educação, mas, também, diz respeito a uma postura de decisão” (p. 170).

Vaillant (2010) considera espiritualidade como o cerne de um anseio místico no ser humano pela conexão com algo que seja sagrado ou esteja em estado elevado espiritualmente, de acordo com cada crença. Para ele, a religião está relacionada com a prática religiosa nos cultos, celebrações ou rituais, associada à cognição e a espiritualidade ao emocional.

Espiritualidade e religião têm a ver com o amor, mas, muitas vezes, em religiões diferentes, os amantes competem: “Eu falo *assim*, você fala *assado* – vamos dar esse assunto por encerrado”. Religião envolve crença; espiritualidade envolve confiança. Quando colocada em termos psicológicos, a distinção entre crença religiosa e confiança espiritual nos leva à distinção entre projeção e empatia (VAILLANT, 2010, p. 193, grifos originais).

Cabe ainda citar um pensamento de Boff (2001) acerca da espiritualidade. O autor a vê como uma fonte de esperança para o ser humano e uma possibilidade de gerar sentido, pois a espiritualidade, segundo o autor, se realiza na espontaneidade e na consciência de que um ser faz parte de um todo, de algo maior.

Esclarecidas as diferenças entre os conceitos, parte-se para a relevância da religiosidade na teoria de Frankl (2011), pois embora a Logoterapia adote uma postura imparcial com relação ao homem religioso e o não-religioso, há um respeito por essa manifestação. Logo, se algo de cunho religioso inquieta um indivíduo, o logoterapeuta deve dar atenção de modo claramente terapêutico.

A Logoterapia compreende que a religiosidade pode ou não ter uma função fundamental na vida de um sujeito, pode ou não ser positiva e colaborar no auxílio à busca de um sentido. No pensamento frankliano, a vontade de sentido também se refere à vontade de sentido último, que pode ser compreendido como uma fé no suprasentido, sendo este um nível a ser compreendido não pela racionalização, mas apenas pela fé, uma fé que Frankl entende como religiosa. Cabe esclarecer, contudo, que, na concepção do autor, não se trata de uma fé institucionalizada, mas sim singularizada. E isso fica claro na resposta que ele dá em uma entrevista quando questionado sobre religiosidade: “[...] estamos indo em direção a uma religiosidade profundamente pessoal, personalizada, na qual cada homem encontraria sua própria e personalíssima linguagem ao voltar-se para o Ser último” (FRANKL, 2011, p. 190).

Essa percepção que o autor tem a respeito da religiosidade/espiritualidade parece se adequar de modo pertinente ao que ele chamou de monantropismo (p. 124), uma ideia que seria a consciência em uma única humanidade, algo que rompe com paradigmas do gênero humano, de modo que as diferenças não teriam relevância e as ideologias excludentes não seriam possíveis, pois a multiplicidade do indivíduo (biológica, psicológica, social e espiritual) seria percebida em uma unidade e essa visão do ser individual ampliando-se para o social encaminharia a humanidade a um passo a frente de si mesma. Para tanto, se faz necessário o fortalecimento e a ampliação do conceito da “unidade de gênero humano” segundo Frankl (2011, p. 124).

Pensar desse modo poderia gerar um sentido único e transcendente à humanidade,

prezando pelo respeito às diferenças que garantem a singularidade de cada indivíduo. Este conceito na obra de Frankl ainda pouco explorado foi mencionado em uma Conferência Mundial em Viena, no ano de 1969.

De acordo com Boff (2001), a espiritualidade possibilita, ao sujeito que se entrega, experimentar um estado de união plena com mundo; viabiliza a compaixão e, principalmente, promove mudança; uma mudança que se inicia interiormente. Tudo isso se dá por meio do que o autor coloca como uma relação amorosa entre o sujeito e o sagrado, e esse pensamento é compatível com ideia que Frankl nutre por uma religiosidade/espiritualidade pessoal (FRANKL, 2011).

Stroppa e Moreira-Almeida (2009) asseveram que, ao longo da história da humanidade, a espiritualidade esteve fortemente ligada à saúde, o que pode ser observado no resultado de um estudo realizado por Silva (2009) sobre religiosidade e qualidade de vida em 100 mulheres com câncer de mama e em tratamento. Foi possível observar que 80% das entrevistadas consideraram importante religião/religiosidade, bem como a prática de orações durante o processo e, mesmo com as limitações peculiares ao tratamento das pacientes, 45% afirmaram comparecer uma vez por semana aos cultos religiosos. Essa pesquisa concluiu que a religiosidade foi considerada como fator de proteção para insônia nas mulheres com até 47 anos e, para mulheres acima desta faixa etária, proteção contra a presença de sintomas na mama.

Os efeitos salutareos da religião no contexto da saúde também foram percebidos nas avaliações qualitativas deste estudo as manifestações de fé e esperança, vinculadas à religiosidade, detectadas nas falas das pacientes, o que justifica a importância da abordagem dos aspectos espirituais/religiosos dos pacientes no contexto de uma atenção humanizada e que contemple o ser humano em sua multidimensionalidade (SILVA, 2009, p. 69).

Outro estudo que buscou responder a relação entre religiosidade e a visão de morte entre estudantes universitários, realizado por Aquino e Diniz (2009), obteve uma correlação positiva como resultado entre religiosidade e a morte como vida do além ($r = 0,53$; $p < 0,0001$); posto que algumas religiões apresentam possibilidades de uma vida eterna, essa crença pode favorecer essa visão aos indivíduos. Anjos e Baltazar (2004) também investigaram à luz de Viktor Frankl a importância da crença religiosa, identificando que a religião foi considerada pelo grupo pesquisado como símbolo de proteção e equilíbrio. Aquino et al. (2009) realizaram um estudo correlacional entre atitude religiosa e sentido de vida em diversas fases da vida utilizando instrumentos para mensurar atitude religiosa e o

nível de realização de sentido de vida e vazio existencial, obtendo maior correlação entre atitude religiosa e realização existencial; ou seja, quanto maior atitude religiosa, maior será a realização existencial no indivíduo. Os autores assentam que a atitude religiosa é um modo de encontrar o sentido de vida e atua como fator de proteção do vazio e do desespero existencial.

Já a pesquisa de Oliveira e Silva (2013), com 146 idosos do Estado de Sergipe, que objetivou investigar a relação entre presença de sentido e bem-estar em idosos, constatou uma relação positiva, mostrando que a presença de sentido nesta fase da vida é um meio de promover bem-estar. A relevância dessa pesquisa se faz atual devido ao crescimento da população idosa no Brasil; embora tenha sido uma pesquisa local, seus resultados podem sinalizar o caminho para um envelhecimento saudável. Para Vaillant (2010), “a saúde mental e a maturidade têm duas importantes características em comum. Ambas levam em conta tanto a realidade como a outra pessoa” (p. 82).

Esse caso voltou-se apenas para terceira idade, mas seus resultados podem ser aplicados a todas as idades, pois Vaillant (2010) acredita que o ser humano está dotado da capacidade de sentir emoções positivas. Não que o autor desconsidere as emoções negativas; ele acredita que as negativas trazem ao sujeito o benefício a curto prazo e ajudam o ser humano a sobreviver. Já as emoções positivas apresentam seus benefícios a longo prazo favorecendo o indivíduo a viver bem. Mas é preciso se dar conta desta inclinação biológica para as emoções positivas, a fim permitir o seu desenvolvimento.

Amor é a definição mais curta que conheço de espiritualidade. Tanto a espiritualidade como o amor resultam em sentimentos conscientes de respeito, apreço, aceitação, simpatia, empatia, compaixão, envolvimento, ternura e gratidão. [...] Em segundo lugar, defendo que a espiritualidade reflete tanto a urgência biológica da humanidade pela formação de vínculos e de senso de comunidade como a necessidade individual de revelações sagradas. A espiritualidade está mais relacionada ao nós do que ao eu (VAILLANT, 2010, p. 17, grifos originais).

Essa reflexão de Vaillant (2010) sobre a espiritualidade parece corroborar com o pensamento de Frankl (1987; 2011) acerca da liberdade com responsabilidade e da religiosidade personalizada, segundo o qual o contato com o sagrado ocorre internamente em uma comunicação íntima e própria, possibilitando, assim, o processo de autotranscendência de um sujeito que está voltado para o outro, promovendo, então, a realização de um sentido que esperava por se realizar.

3.2 Sentido de Vida, Religiosidade e Valores

O sentido de vida está em constante mudança, posto que é individual e circunstancial. Por isso, Frankl (1987) acredita na unicidade do sentido, pois, para ele, “nenhum ser humano e nenhum destino pode ser comparado com outro; nenhuma situação se repete. E em cada situação a pessoa é chamada a assumir outra atitude” (FRANKL, 1987, p. 97). Essa percepção do autor esteve caracterizada na demanda pesquisada através do diário de campo, pois muitos voluntários haviam mudado o sentido de suas vidas após a ocorrência de uma fatalidade (um diagnóstico de câncer, a perda de um ente querido etc.). Outro ponto relevante na abordagem de Frankl (1987) que é compatível com a motivação apresentada para o voluntariado é a compreensão da transitoriedade da vida, vista pelo autor como fundamental para a existência humana, pois, a partir da conscientização dessa irremediável transitoriedade, o indivíduo pode eleger um determinado sentido em dado momento da vida.

Não apenas o sentido é percebido com singularidade, mas também o sujeito é concebido como um ser único. De acordo com Aquino (2014), na concepção de Frankl, o ser humano é um evento único no universo e dotado de uma distinção que não pode ser partilhada; dentro dessa singularidade, o sentido de vida de cada sujeito torna-se único. Esse sentido pode ser descoberto das seguintes formas:

De acordo com a logoterapia, podemos descobrir este sentido na vida de três diferentes formas: 1. criando um trabalho ou praticando um ato; 2. experimentando algo ou encontrando alguém; 3. pela atitude que tomamos em relação ao sofrimento inevitável (FRANKL, 1987, p. 127).

Ao mencionar exemplos, Frankl corrobora com o presente trabalho e afirma que é possível encontrar o sentido de vida das seguintes formas: “experimentando algo como a bondade, a verdade e a beleza, experimentando a natureza e a cultura ou ainda, experimentando outro ser humano em sua originalidade própria – amando-o” (FRANKL, 1987, p. 127).

Considerando os valores como princípios-guias para uma conduta humana socialmente preferível, é possível considera-los como fatores significativos para a religiosidade (SANTOS et al., 2012; GOUVEIA, 2013). Essa compreensão é pertinente à visão de Frankl (2011), que acredita que o sujeito se orienta para a realização não apenas de um sentido, mas também de valores e que afirma que “mais que isso, ‘o ser humano’ tem ‘uma orientação primeira e natural para criar e realizar valores’” (p.47). Tamanha é a importância dos valores na teoria de

Frankl, o autor desenvolveu uma técnica logoterapêutica para a descoberta dos valores e a denominou de “técnica do denominador comum” (p.150), que consiste em conduzir o cliente a uma reflexão diante de uma situação ou fato como que colocando em uma balança as consequências da decisão tomada, considerando que ele é um ser dotado de responsabilidade diante da escolha por ele próprio tomada.

Segundo Gouveia (2013), os valores têm a função de conduzir comportamentos humanos e dentro das subfunções valorativas a normativa apresenta, entre os três valores básicos que podem descrevê-la, a religiosidade. Na Teoria Funcionalista ela é concebida não como uma formalidade religiosa ou algo assim, mas sim como uma forma de o sujeito reconhecer que há algo superior (uma força, uma entidade, um ser) através do qual se pode buscar o conforto para a vida.

Esse valor está atrelado ao compromisso religioso (SANTOS et al., 2012) e à religiosidade, enquanto outros aspectos relevantes na conduta religiosa-prática, como as crenças religiosas, a frequência, o nível de religiosidade com que o sujeito se percebe, a participação em um grupo propriamente dito religioso. Esse fato foi observado na amostra pesquisada, visto que a maioria dos voluntários apresentava uma filiação religiosa ou uma religiosidade/espiritualidade não institucionalizada.

No entanto, deve-se esclarecer que religiosidade, pode estar associada a efeitos positivos e negativos para a vida dos indivíduos. Uma pesquisa realizada por Koenig (2012) por quase dois anos com 444 pacientes internos em um hospital apresentando conflito religioso constatou que os escores mais altos indicavam maior risco de mortalidade para a demanda pesquisada, levando em conta que os itens do instrumento utilizado para a pesquisa buscavam capturar sentimento de punição ou abandono por parte de Deus, por parte da comunidade religiosa, pensamentos negativos e que Deus não tinha poder para realizar algo diferente na vida deles (KOENIG, 2012). Quando se trata de pesquisa, é possível esperar resultados diversos; então, mesmo que alguma teoria afirme algo em relação a alguma variável, a população pesquisada sempre pode surpreender.

O próximo capítulo terá como foco o estudo empírico desta pesquisa e os resultados obtidos, visto que buscou-se identificar quais as funções valorativas que se associam com a presença de sentido nos voluntários e qual a relação entre atitude religiosa e a presença de sentido neste grupo.

CAPÍTULO 4:

MÉTODO

Após as explicações teóricas referidas nos capítulos anteriores, este capítulo será destinado ao estudo empírico da pesquisa, de natureza quanti-quali, para uma melhor compreensão o estudo foi detalhado e, na sequência, pontuamos os resultados e a discussão.

4.1 Locus do Estudo

A pesquisa foi realizada em uma Organização Não Governamental (ONG) que presta assistência a pessoas com câncer, localizada na cidade de João Pessoa. Essa organização foi fundada em 1999, com o objetivo de ajudar aos portadores de câncer vindos de outras cidades do Estado da Paraíba. A casa que se tornou uma extensão da ONG oferece aos assistidos, além da acolhida, um leito disponível em dormitórios divididos por gênero, refeições, medicações, material para higiene pessoal, transporte, terapias ocupacionais, atividades de lazer, uma equipe de funcionários composta por uma cozinheira, um motorista, um auxiliar de serviços gerais, uma auxiliar de enfermagem, uma recepcionista, uma gerente e a equipe da direção da casa mais os grupos de voluntários.

Os responsáveis pela casa ainda realizam ações comunitárias e eventos para arrecadação de fundos e comemorações para os pacientes e voluntários em datas festivas. Porém, para a realização de todo esse aparato, atualmente a casa conta com mais de 100 (cem) voluntários regulares, que se dividem por turnos e em dias alternados na prestação do serviço, nas visitas hospitalar e domiciliar, na distribuição de lanche e nas atividades assistenciais. A ONG conta, ainda, com alguns funcionários e parceiros.

Há uma rotina para o recebimento e a preparação dos voluntários. É necessário ter mais de 18 anos, preencher uma ficha cadastral e nela relatar a razão de querer ser voluntário. Não são aceitas pessoas em tratamento ou com alguém da família em tratamento. É realizado um treinamento de seis meses com um coordenador, para que nesses meses o sujeito conheça as rotinas da casa e do hospital e as limitações da atuação voluntária. Esse treinamento é também uma forma de oferecer uma oportunidade para que a pessoa tenha plena certeza de querer exercer a atividade. De tempos em tempos, a ONG promove palestras com psicólogos, pedagogos e assistentes sociais (também voluntários) para os voluntários sobre emoções e outros temas presentes no cotidiano do voluntariado. Os voluntários são facilmente identificados por um crachá e um jaleco em cores rosa e azul (para mulher e homem respectivamente). Os que estão em treinamento são identificados do mesmo modo.

Em geral, os voluntários executam as atividades em grupos denominados de núcleos de apoio e que duram em média de duas a três horas. Dentre as atividades estão incluídas visitas domiciliares, distribuição de lanche, assistência ao ambulatório, à quimioterapia, à radioterapia, na confecção de próteses mamárias, recreação e contação de histórias infantis na pediatria, confecção de turbantes, perucas e etc. Alguns grupos atuam apenas no hospital e outros atuam na casa de apoio em atividade ou que se inicia na casa como a preparação para o lanche e depois distribuem no hospital, ou atividades que ocorrem na casa para os indivíduos em tratamento ambulatorial. Cada dia da semana possui um grupo de voluntários atuando em um turno, de modo que todas as atividades são distribuídas por grupos, fazendo com que toda a semana seja assistida nos diversos turnos.

4.2 Participantes

A amostra foi composta por 69 voluntários de ambos os sexos e com média de 57 anos ($dp = 10,77$), com amplitude de 28 a 77 anos. Essa foi uma amostra acidental, formada por conveniência, visto que os voluntários se revezam em atividades e dias alternados na ONG, de acordo com a finalidade da contribuição de cada um, considerando como critério de exclusão ter menos de 12 (doze) meses como voluntário.

Tabela 1 – Dados descritivos da demanda

Variáveis	Percentuais
Sexo	82,6% Mulheres 17,4% Homens
Idade	28 - 30 → 1,46% 31 - 40 → 7,25% 41 - 50 → 10,14% 51 - 60 → 36,23% 61 - 70 → 34,78% 71 - 80 → 10,14%
Cidade	94,3% João Pessoa 2,9% Cabedelo 1,4% Mamanguape 1,4% Santa Rita
Estado Civil	63,8% Casadas (os) 13,0% Divorciadas (os) 11,6% Viúvas (os) 11,6% Solteiras (os)
Filhos	87,0% Possuem 8,7% Não possuem 4,3% Sem resposta

Escolaridade	53,6% Ensino Superior completo 27,5% Ensino Médio 11,6% Pós-Graduação 5,8% Ensino Fundamental 1,4% Ensino Superior incompleto
Exerce atividade profissional remunerada	58,0% Não exercem 40,6% Exercem 1,4% Sem resposta
Religião	38,0% Católicas (o) 32,0% Espírita 10,1% Evangélicas (o) 5,8% Espiritualista 4,3% Sem resposta 2,8% Cristã (ão) 1,4% Ecumênico 1,4% Católica/Evangélica 1,4% Umbandista 1,4% Deísta 1,4% Seicho-No-ei
Participação em grupo religioso	56,5% Participam 39,2% Não participam 4,3% Sem resposta
Tempo de trabalho voluntário	12 meses tempo mínimo 264 meses tempo máximo

Fonte: Silva, A. E. C. Dados de Pesquisa, 2017.

4.3 Instrumentos

4.3.1 Questionário de Sentido de Vida (QSV) (STEGGER et al., 2005, 2009). (ANEXO I):

O instrumento foi originalmente elaborado por Steger et al. (2005, 2009), composto por 10 itens que discriminam duas dimensões. Foi realizada, por Aquino et al. (2015), uma adaptação para o contexto brasileiro. Após a autorização, procederam com a tradução e a realização de dois estudos, possibilitando, a partir dos resultados obtidos, a validação e a utilização do QSV no contexto brasileiro. Os fatores são a busca de sentido com $\alpha = 0,89$, que se refere às pessoas que tentam compreender ou aumentar o propósito de sua vida (ex.: *Eu estou procurando um sentido em minha vida*) e a presença de sentido com $\alpha = 0,85$ diz respeito àquelas que estão engajadas em um sentido ao longo da vida (ex.: *Minha vida tem um sentido claro*) para ser avaliado em uma escala de 07 (sete) itens onde o 01 (um) corresponde a *totalmente falso* e o 07 (sete) a *totalmente verdadeiro*.

4.3.2 Questionário dos Valores Básicos (QVB) (Gouveia, 2003), (ANEXO II):

Este instrumento é composto por 18 itens (*valores básicos*), distribuídos nas seis subfunções e suas respectivas precisões: *Experimentação* = 0,50, *Realização* = 0,55, *Existência* = 0,56, *Suprapessoal* = 0,49, *Interacional* = 0,42 e *Normativa* = 0,53 (MEDEIROS, 2011). Para respondê-lo, o participante deve ler a lista de valores e indicar em que medida cada um deles é importante como um princípio que guia sua vida. Para tanto, utiliza-se uma escala de resposta com os seguintes extremos: 1 = *Totalmente não Importante* e 7 = *Extremamente Importante* (GOUVEIA, 2013).

4.3.3 Escala de Atitude Religiosa/Espiritualidade, versão expandida – EAR-20 (Aquino et al., 2013). (ANEXO III):

Elaborado originalmente em português, o instrumento foi composto por 15 itens e, na versão expandida, contém 20 itens, distribuídos de acordo com os componentes da atitude – afetivos comportamentais e cognitivos, avaliando as atividades relacionadas aos mesmos (por exemplo, *sinto-me unido a um ser maior, frequento as celebrações de minha religião/espiritualidade, procuro conhecer as doutrinas ou preceitos religiosos*). Para responder, deve-se ler cada item e indicar o valor que atribui dentro de uma escala intervalar, com os seguintes extremos: 1 = *Nunca* e 5 = *Sempre*. No estudo de Aquino et al. (2013) para essa versão foi constatado que a escala apresenta um único fator com uma consistência interna, verificada através do Alfa de Cronbach de 0,91.

4.3.4 Questionário sociodemográfico (Apêndice B):

Foi utilizado um conjunto de itens com finalidade de obtenção de características sociodemográficas da população estudada e o instrumento conterà questões relativas à idade, sexo, escolaridade, estado civil, se tem filhos, profissão, religião e tempo de prestação de serviço voluntário e qual a motivação.

4.3.5 Diário de Campo (MINAYO, 2014):

Ao longo da pesquisa foi utilizado um diário de campo, que consiste anotações em que o pesquisador faz sobre suas observações pessoais realizadas a partir de diálogos informais, impressões sobre comportamentos, discursos e outros aspectos que no transcorrer da pesquisa

se mostraram relevantes. Principalmente na investigação da motivação para ser voluntário, que, em geral, com ou sem a pergunta, era um conteúdo que surgia com muitas emoções por parte dos participantes. Esse instrumento pode ser utilizado em qualquer pesquisa, independente da teoria que a norteia, pois contribui para a qualidade das análises e dos resultados.

4.4 Procedimento para Coleta dos Dados

Após a liberação da pesquisa pelo Comitê de Ética, foram realizadas visitas à casa de apoio e ao Hospital, pelo fato de que algumas atividades ocorrem ou têm início na casa - por exemplo, a preparação e distribuição do lanche -, e outras que apenas nas dependências do Hospital - como a assistência à pediatria e à quimioterapia.

Os voluntários, que aceitaram participar da pesquisa, receberam o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) para assinar. Só após isso deu-se prosseguimento à aplicação dos instrumentos do estudo, que teve em média duração de 30 minutos. A coleta iniciava com os dados sóciosdemográficos e, em seguida, os instrumentos. Após serem abordados e aceitarem participar da pesquisa, a pesquisadora iniciava a aplicação, em geral, lendo os itens para marcação para os voluntários que referiam dificuldade em ler ou em responder (marcando os itens). A aplicação ocorria antes ou depois dos voluntários iniciarem ou encerrarem suas atividades, não comprometendo, desse modo, o andamento dos serviços.

4.5 Procedimento para análise dos dados

Para a análise, foi realizada a tabulação dos dados, como também as análises estatísticas iniciais por meio do PASW Statistics for Windows (Pacote Estatístico para Ciências Sociais). Sendo assim, foram possíveis os cálculos de porcentagens, a obtenção das médias e desvio padrão de cada variável, bem como a realização de correlações tipo *pearson*. E para a análise qualitativa buscou-se uma apreensão dos significados na fala dos sujeitos entrevistados (ALVES; SILVA, 1992; MINAYO, 2014).

4.6 Procedimentos éticos

Respeitando os preceitos éticos previstos na Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016) para a realização de pesquisas com seres humanos e em cumprimento a esta resolução, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e aprovada (número do protocolo 56719416.0.0000.5188). A participação ocorreu de forma voluntária, sendo assegurado o direito de desistir a qualquer momento, bem como o sigilo e o anonimato, estando isso registrado em um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A).

CAPÍTULO 5:

RESULTADOS

O público pesquisado foi constituído por 69 voluntários. Nesse grupo, embora a prevalência seja de mulheres (82,6%), há presença masculina (17,4%) atuante, o que confirma os resultados de outras pesquisas em relação ao perfil da demanda (NOGUEIRA-MARTINS et al., 2010; CAMPOS; BRESOLIM, 2001). A idade apresenta variação com uma média de 57 anos ($dp = 10,77$). O grupo apresenta predominância de voluntários que reside na cidade de João Pessoa (94,3%) e 5,7% nos logradouros vizinhos (Cabedelo, Mamanguape e Santa Rita). A maior parte apresenta estado civil casada(o) (63,8%) e com filhos (87,0%).

É significativo o número de pessoas que trabalham (40,6%) embora a maior parte dos voluntários (58,0%) não exerça nenhuma atividade remunerada. Entre os pesquisados, 53,6% possuem uma formação de ensino superior completo, corroborando que o perfil vem se modificando de assistencialista para um voluntariado consciente e crítico com maior nível educacional (MONIZ; ARAÚJO, 2008; GIACOMINI-FILHO; ALMEIDA, 2016; CAMPOS; BRESOLIM, 2001; OKABAYASHI; COSTA, 2008). Durante a coleta de dados, foi possível observar no diário de campo que alguns voluntários, logo após realizarem a distribuição de chá no setor de ambulatório (das 06h00min às 07h00min da manhã) partiam para o seu local de trabalho. Fazia parte desse grupo dois funcionários de uma mesma empresa; um deles, após tomar conhecimento da realização do trabalho voluntário por parte do colega, se sentiu motivado a fazer o mesmo.

Foi também identificado que, embora haja uma maioria de católicos (38,0%), outras denominações se fazem presentes de modo significativo, como espíritas (32,0%) e evangélicos (10,1%). Foi verificado, no locus da pesquisa, que algumas equipes são formadas aleatoriamente, como no setor de pediatria, em que pessoas de diferentes denominações religiosas trabalham juntas. Alguns entrevistados que apresentaram alguma outra forma de crença (espiritualista, deísta), representando 7,0% e se mostraram relativamente insatisfeitos(os) com o termo religião no questionário sociodemográfico, por acreditar que ele limitava a resposta, o que é relevante para a formulação de itens para pesquisas futuras na área ou sobre variáveis como religiosidade/espiritualidade e/ou religião.

Apenas 4,3% não responderam nada a respeito de ter algum tipo de crença religiosa ou prática espiritual, e esse mesmo número (4,3%) corresponde ao de respostas ausentes no item sobre participar de algum grupo religioso, pois as demais respostas foram 56,5% que participam e 39,2% não participam.

Houve grande variação nas profissões dos voluntários entrevistados (assistente social, advogada, aposentada, bancário(a), enfermeira, funcionário público, inspetor, professora, projetista, odontóloga, serviços gerais, terapeuta e etc.) e no tempo de atuação no voluntariado também, pois havia pessoas com um ano de voluntariado e outras com 20 anos de engajamento no serviço; novamente, seguiu-se o critério de exclusão de pessoas com menos de 12 meses de voluntariado e a demanda passou a ficar mais restrita.

Outro dado que merece atenção são os registros informais no diário de campo ao longo da coleta. Em geral, os discursos sobre a motivação eram espontâneos, porém a partir da qualificação a pergunta sobre a motivação foi incorporada ao questionário sócio-demográfico e, através do diário de campo (MINAYO, 2014), puderam acrescentar informações para o enriquecimento deste trabalho.

Os voluntários pesquisados apresentavam motivações diversas como uma missão, o desejo de ajudar o próximo, a consciência da importância desse trabalho para a população que recebe (CAMPOS; BRESOLIN, 2001; ARAÚJO; MAIA; OLIVEIRA, 1997). Dos pesquisados, 15 disseram sentir “vontade ou necessidade” de ajudar o próximo. 05 disseram já fazer parte de família que atuava, ou ter algum parente ou conhecido que fez o convite.

Foi verificado que, para alguns, a motivação para o serviço voluntário foi ter algum ente querido (parente ou amigo) com câncer ou já ter sido paciente; uma ex-paciente disse ter observado a importância do voluntariado no hospital quando estava em tratamento. Outra voluntária disse que após acompanhar a irmã no hospital, sentiu-se grata e decidiu se voluntariar.

Uma voluntária relatou ter perdido a filha ainda criança depois de um câncer e, após vivenciar o luto, se sentiu motivada a alegrar outras crianças na pediatria do hospital. Outra disse ter sido moradora de rua e, após sua vida se organizar, sentiu o desejo de doar seu tempo levando alegria aos pacientes e por isso vestia-se de palhaça. Um voluntário que sabe tocar instrumentos musicais disse querer ajudar com o que tem: seu dom musical, por isso toca no ambulatório hospitalar.

Entre vários relatos, havia quem, depois de perder um ente próximo ou ter sido paciente e após a cura, ter buscado o trabalho voluntário. Outros relatos trazem, ainda, uma motivação religiosa, como o cumprimento de uma missão ou chamado ao serviço voluntário.

Os índices obtidos nos instrumentos utilizados serão apresentados antes da discussão dos resultados identificados. Na Escala de Atitude Religiosa/Espiritualidade, versão expandida – EAR-20 (Aquino et al., 2013) foi possível identificar os seguintes percentuais de média:

Tabela 2 – Índices da Escala de Atitude Religiosa /Espiritualidade

	Média	Desvio Padrão
Conhecimento religioso (AR)	23,1953	5,69
Comportamento religioso (AR)	20,5806	3,93
Corporeidade religiosa (AR)	13,6825	6,20
Sentimento religioso (AR)	11,4762	2,39

Fonte: Silva, A. E. C. Dados de Pesquisa, 2017.

Já no Questionário dos Valores Básicos (QVB) (Gouveia, 2003), as médias obtidas foram *Existência* (saúde, estabilidade pessoal, sobrevivência), *Suprapessoal* (beleza, conhecimento, maturidade), *Normativa* (obediência, religiosidade, tradição) e *Interacional* (afetividade, convivência, apoio social).

Tabela 3 – Índices da Escala de Valores Humanos

Variável	Média	Desvio Padrão
Existência	18,0313	2,25
Suprapessoal	17,8594	2,43
Normativa	17,7500	2,10
Interacional	17,5625	2,48
Experimentação	12,6563	3,71
Realização	11,9841	3,84

Fonte: Silva, A. E. C. Dados de Pesquisa, 2017.

A subfunção valorativa existência está inserida na orientação central e possui motivador materialista; já a suprapessoal apresenta motivador humanitário e orientação central. O normativo apresenta motivador materialista e orientação social; por fim, o interacional apresenta um motivador humanitário voltado para uma orientação social (GOUVEIA, 2013).

Na Escala de Sentido de Vida (QSV) (STEGGER et al., 2005, 2009, AQUINO et al., 2015) as médias obtidas, podem ser observadas no quadro a seguir:

Tabela 4 - Índices da Escala de Sentido de Vida

Variável	Média	Desvio Padrão
Presença de Sentido	28,8167	6,16
Busca de sentido	20,8525	8,87

Fonte: Silva, A. E. C. Dados de Pesquisa, 2017.

Levando em consideração que o presente trabalho buscou responder às seguintes questões: (a) quais as subfunções valorativas que se associam com a presença de sentido de vida? e (b) qual a relação entre atitude religiosa e sentido de vida?, cálculos de correlação foram realizados e foi possível identificar, assim, associações entre as variáveis, como pode ser observado nas tabelas abaixo, que demonstra a existência de associação positiva entre as subfunções Existência ($r = 0,38$; $p < 0,5$) e Normativa ($r = 0,29$; $p < 0,5$) com a presença de sentido e uma correlação negativa entre a Presença de Sentido e a subfunção valorativa Experimentação ($r = -0,26$, $p < 0,05$).

Tabela 5 - Correlação entre subfunção valorativa com a presença de sentido

	Experimentação	Realização	Existência	Suprapessoal	Interacional	Normativa
Presença de sentido	-0,26*	-0,13	0,38**	0,02	0,11	0,29*
Busca de sentido	0,29*	0,17	-0,05	0,06	0,15	-0,01

Fonte: Silva, A. E. C. Dados de Pesquisa, 2017.

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

E em resposta a qual relação entre atitude religiosa e a presença de sentido de vida foram obtidas as seguintes associações: conhecimento religioso ($r = 0,27$; $p < 0,5$) e comportamento religioso ($r = 0,27$; $p < 0,5$) apresentam associação positiva com presença de sentido de vida e o fez inversamente com a corporeidade religiosa ($r = -0,27$, $p < 0,05$):

Tabela 6 - Correlação entre atitude religiosa e presença de sentido

	Conhecimento Religioso	Comportamento Religioso	Afetos Religioso	Corporeidade Religiosa
Presença de sentido	0,27*	0,27*	0,04	-0,27*
Busca de sentido	-0,01	0,13	0,19	0,15

Fonte: Silva, A. E. C. Dados de Pesquisa, 2017.

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

Após a identificação dos dados obtidos na presente pesquisa, segue-a discussão deles à luz das teorias que norteiam este trabalho.

5.1 Discussão

A presente dissertação teve por objetivo identificar quais as funções valorativas que se associam com a presença de sentido na vida nos voluntários e qual a relação entre atitude religiosa e a presença de sentido neste grupo. Os resultados apresentam correlação positiva entre a Presença de Sentido e as subfunções valorativas existência ($r = 0,38$; $p < 0,5$) e normativa ($r = 0,29$; $p < 0,5$) e uma correlação negativa entre a Presença de Sentido e a subfunção valorativa experimentação ($r = -0,26$, $p < 0,05$).

A subfunção valorativa *existência* possui uma orientação central e um motivador materialista, como já foi citado. Buscar melhores condições para viver e cuidar da saúde preventivamente é uma das características do sujeito guiado por esse princípio. Essa subfunção tem como finalidade assegurar as condições mínimas para a sobrevivência do indivíduo e, em geral, este valor é reforçado por pessoas que vivenciaram situações de privação ou pobreza (GOUVEIA et al., 2009).

Vale mencionar seus valores específicos: saúde, estabilidade pessoal e sobrevivência, e podem se associar com a íntima relação que o voluntário hospitalar tem com finitude, morte, dor, sofrimento, percepção da ausência de recursos e apoio dos pacientes por parte do poder público e/ou das famílias, já que essas são demandas muito presentes na área hospitalar e da saúde pública de modo geral (SOUZA; MEDEIROS, 2012; NOGUEIRA-MARTINS et al., 2010).

A subfunção *normativa*, tendo como valores básicos a tradição, a religiosidade e a obediência, está possivelmente relacionada com a variável de atitude religiosa e a idade do grupo, visto que as pessoas guiadas por esse princípio seguem regras e normas, são em geral mais maduras, respeitam as tradições e conceitos morais, bem como apresentam tendências religiosas e atos de fé (GOUVEIA, 2013). O que corrobora a média de idade dos participantes, de 57 anos pesquisados. Alguns dos voluntários relatavam, em conversas informais após responder aos instrumentos, que já haviam participado de outras religiões e que, embora tivessem uma religião atualmente, respeitavam os demais colegas de outras denominações religiosas. Outro discurso bem presente é que eles eram gratos e satisfeitos com o que tinham em sua vida e queriam ajudar ao próximo. Reforçar valores normativos reflete a importância de conservar a cultura, as normas e as convenções sociais (GOUVEIA et al., 2009).

Frankl (1987) relaciona a perda da tradição com o vazio existencial. O estudo de Aquino et al. (2009) encontra associações positivas entre atitude religiosa e realização

existencial, concluindo que religiosidade é um sistema de sentido que previne do vazio e do desespero existencial. Nessa perspectiva, aderir a um sistema de crenças (religiosidade) ou assentir aos valores de obediência e tradição podem vir a se um fator preventivo contra o vazio existencial.

As subfunções *existência* e *normativo* se apresentam no tipo motivador *materialista* (pragmáticos), que se referem a ideias práticas e concretas, estando as duas subfunções enquadradas respectivamente no tipo de orientação central e social, que, de acordo com Gouveia (2013) demonstra um propósito que vai além de próprios interesses e, em geral, são pessoas centradas na comunidade com um foco interpessoal. Esse dado corrobora a ideia de que, embora os motivadores promovam orientações diferentes, elas não atuam como discordantes e sim como complementares (GOUVEIA, 2013; 2009) na compreensão da Teoria Funcionalista dos valores.

Essas subfunções podem estar relacionadas com o caráter político presente nas ações voluntárias que tentam suprir aquilo que as políticas públicas não conseguem, mencionado por Vergara e Ferreira (2006). No caso do voluntário hospitalar, reflete no favorecimento ao público alvo e à instituição com a prática, por exemplo, da humanização hospitalar (CANTRIL, 1991). Tal qual um pensamento de mudança social a partir de atitudes concretas, o que confirma observações e dados identificados em outros estudos onde o voluntário busca a mudança social de grupos menos favorecidos ou necessitados (LANDIN, 2002; GARROS et al., 2014; GIACOMINI-FILHO; ALMEIDA, 2016).

A subfunção *experimentação*, que apresentou correlação negativa com a *Presença de Sentido*, é guiada por uma orientação pessoal e apresenta um motivador humanitário (idealista), representada pela busca de satisfação fisiológica e prazer. É muito presente em pessoas jovens e/ou em indivíduos que não se conformam com as normas sociais; contudo, os seus valores básicos contribuem para inovações e posturas criativas, sendo eles emoção, prazer e sexualidade. E embora tenha resultado em uma correlação negativa, os três valores básicos foram considerados importantes pelos participantes.

A *presença de sentido* se refere àquele que já encontrou um sentido de vida satisfatório e/ou está comprometido com a realização deste (AQUINO et al., 2015). O que pode se relacionar com o sentimento que os voluntários têm de ser beneficiados por realizar um serviço em prol de alguém (SELLI et al., 2008). Já ausência de um sentido gera no ser humano um sentimento de vazio, e isso Frankl conceituou de “vácuo existencial” (FRANKL, 2011, p. 9), visto que a presença de um sentido a ser ou já realizado conduz o sujeito à

autorrealização e, para o autor, quanto mais se esquecer de si e dedicar-se ao outro, o homem se aproxima dessa possibilidade de se sentir plenamente realizado (FRANKL, 1987).

Já a Busca de Sentido se associou diretamente com a Experimentação ($r = 0,29$, $p < 0,05$). Steger et al. (2006) pressupõem que aquelas pessoas que não percebem a presença de sentido estão em busca dele. Nessa perspectiva, o fato de não encontrar uma razão satisfatória para viver pode se associar com valores como emoção, prazer e sexualidade. De acordo com Frankl (2013), a busca de sentido é um processo dinâmico que varia de acordo com o momento e com as condições às quais o indivíduo está exposto para a realização de seus valores através da busca de realização de um sentido.

Conforme anteriormente mencionado, a subfunção *experimentação*, que se correlacionou negativamente com a *Presença de Sentido*, apresenta uma correlação positiva com busca de sentido, o que é compreensível, visto que os valores que representam essa subfunção (emoção, prazer e sexualidade) podem ser representados pela busca por aventuras e emoções radicais; desfrutar da vida satisfazendo todos os desejos a fim de obter prazer, considerando a satisfação hedônica desde as necessidades orgânicas até de um desejo inespecífico; a sexualidade representada pela necessidade de sexo por vezes é considerada um indicador de moralidade e esse valor evidencia a obtenção prazer por meio de relações sexuais muito presente em pessoas jovens (GOUVEIA, 2013).

A vontade de sentido age como mola propulsora e conduz o sujeito na busca pela realização de um sentido. A reflexão de Frankl (1987) em torno do sentido o levou a crer que o homem é capaz de viver e até morrer por seus ideais e valores. Essa reflexão partiu das observações feitas por ele, principalmente nos campos de concentração, onde o indivíduo que sabia ter algo ou alguém, ou seja, um “para que viver”, corajosamente suportava quase todo “como”, parafraseando o pensamento de Nietzsche.

A busca do indivíduo por um sentido é a motivação primária em sua vida, e não uma “racionalização secundária” de impulsos instintivos. Esse sentido é exclusivo e específico, uma vez que precisa e pode ser cumprido somente por aquela determinada pessoa. Somente então esse sentido assume uma importância que satisfará a sua própria *vontade* de sentido (FRANKL, 1987, p. 117).

A Escala de Atitude Religiosa - EAR-20 (Aquino et al., 2013), aplicada a este grupo pesquisado, indica a busca dos voluntários por compreender a religião em que está inserido somado a um comprometimento. Essas variáveis podem se relacionar com os valores normativos, sendo eles do grupo de orientação social (figura 1), se fazendo perceber em

valores específicos (quadro 1), como a obediência (cumprir seus deveres e obrigações do dia a dia; respeitar os pais, superiores e os mais velhos), a religiosidade (crer em Deus como o salvador da humanidade; cumprir a vontade de Deus) e tradição (seguir as normas sociais do seu país; respeitar as tradições da sua sociedade) (GOUVEIA, 2003; 2013; GOUVEIA et al., 2012). O que também pode ser justificado pela participação em um grupo religioso (56,5%), de modo que esta participação ativa estimule tanto a busca pelo conhecimento quanto a identificação com comportamentos religiosos.

No que se refere à Atitude Religiosa, a Presença de Sentido se associou diretamente com o *conhecimento religioso* ($r = 0,27$, $p < 0,05$) e *comportamento religioso* ($r = 0,27$, $p < 0,05$) e o fez inversamente com a corporeidade religiosa ($r = - 0,27$, $p < 0,05$). O conhecimento religioso sobre fé, dogma religioso, crenças, doutrinas se refere ao aspecto intelectual, e o comportamento religioso à esfera ritualística, como a participação de orações em grupo, à frequência da participação das celebrações religiosa e dos ritos (AQUINO et al., 2013).

As atitudes religiosas que se correlacionaram com a presença de sentido através dos fatores conhecimento e comportamento religioso podem estar atreladas aos componentes motivacionais de cunho social citado por Corullón (1997) que se refere ao comprometimento com uma causa, a luta por um ideal a partir da tomada de consciência dos problemas sociais, bem como ao sentimento de cumprimento de dever ou algo assim. Contudo, vale ressaltar que pode também estar vinculado aos primórdios do voluntariado no Brasil caracterizado por um assistencialismo religioso (SOUZA, 2008; VAILLANT, 2010; KOENIG, 2012).

Aquino et al. (2009), em um estudo sobre religiosidade e sentido de vida, correlacionando essas variáveis entre fases da vida, identificaram que a atitude religiosa apresentou uma correlação positiva com a terceira idade e negativa com jovens. O presente estudo tinha média de idade em 57 anos para o grupo pesquisado, confirmando assim o achado na pesquisa mencionada.

Quando se refere ao homem religioso, Frankl (1989) diz que “é por isso, aliás, que, para o homem religioso que crê numa Providência, não há por via de regra, a esse respeito nenhuma problemática” (FRANKL, 1989, p. 61). Esse homem, em sua fé num sentido supra-humano, acredita e confia plenamente, sendo que essa dimensão não pode ser compreendida a nível racional. Considerando a relevância da espiritualidade para o homem na perspectiva frankliana, vale a pena ressaltar que Frankl (2011) considera que o homem está caminhando rumo a uma religiosidade/espiritualidade cada vez mais particular e personalizada, em que

cada sujeito pode ter seu encontro com o sagrado, de modo íntimo, e não necessariamente esse contato precisa ser através de uma espiritualidade institucionalizada.

Na Logoterapia, o que se busca é trazer à tona da consciência do homem o ser-responsável (FRANKL, 1989) e, assim, conduzi-lo à busca do sentido a ser encontrado, bem como a valorização da dimensão espiritual, dimensão essa que Frankl (1989) considera exclusivamente humana, assim como a consciência e o amor. Esses fenômenos podem conduzir o homem à autotranscendência e, no serviço voluntário hospitalar, o sujeito, dotado de consciência social, passa a compreender a necessidade do próximo ou da comunidade (VERGARA; FERREIRA, 2006; GIACOMINI-FILHO; ALMEIDA, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O terceiro setor é representado pelas Organizações Sociais Civis, que, em geral, atuam de forma humanitária no sentido de suprir necessidades sociais que muitas vezes o Estado não alcança. Essas organizações cumprem um serviço de cunho não apenas civil, mas de solidariedade empática.

Na ONG onde esse estudo foi realizado há uma preocupação com o abrigo, a saúde, a alimentação dos pacientes, mas também com a imagem física, a manutenção da autoestima, do humor, a interação social, o respeito à crença de cada um, questões subjetivas que necessitam de sensibilidade para atuar sem ser invasivo, preservando a dignidade humana.

O número de pessoas que procuram essa organização para prestação do trabalho voluntário cresce a cada dia, mas esse é um serviço que precisa de comprometimento, pois a demanda que necessita também cresce, e não apenas nessa ONG, mas outras ONGs e grupos que atuam com o mesmo público, colaboram para uma melhoria da qualidade de vida desses pacientes e se constituem em apoio humano para o enfrentamento de um momento difícil com alegria e amor.

A presença de valores existenciais, interacionais, normativos e suprapessoal apontam para o fato de que o voluntariado se torna uma via de mão dupla onde que todos são beneficiados; quem doa e quem recebe ajuda, já que os valores em destaque mostram um cuidado de si presente nessa demanda e uma conscientização do seu papel social e da importância de interações interpessoais, pautada por uma orientação central e social nesses indivíduos a partir dos princípios-guias que foram identificados.

Outro fato que merece atenção são os voluntários de crenças espirituais não institucionalizadas e/ou os sem religião que questionaram os instrumentos que apresentavam expressões religiosas que não contemplavam suas posturas espirituais, mostrando, assim, um perfil crítico e cada vez menos institucionalizado religiosamente, abrindo, assim, a possibilidade para outras investigações acerca da dimensão religiosa/espiritual em voluntários no campo das Ciências das Religiões, quiçá o desenvolvimento de um instrumento que contemple essa demanda.

Embora se considere que essas finalidades foram plenamente atendidas, torna-se pertinente estabelecer algumas limitações do estudo em tela. Inicialmente, aponta-se para a limitação do número de participantes do estudo, o que não permite generalizar os resultados para a população de voluntários. Nessa perspectiva, os resultados são circunscritos exclusivamente à amostra em questão.

Considera-se que o objetivo do trabalho foi alcançado, no sentido de identificar que há associação entre a *presença de sentido* e as subfunções valorativas *existência* e *normativa*, e entre as atitudes religiosas *conhecimento religioso* e *comportamento religioso* com *presença de sentido*, não podendo este resultado ser generalizado a outras ONGs ou até mesmo a outro grupo de voluntários hospitalares. Estima-se os resultados como importantes, de modo geral, cabendo novas pesquisas para aprofundamentos futuros nesta demanda explorando outras variáveis como a fadiga por compaixão e satisfação por compaixão em grupos voluntários, a tolerância religiosa em grupos de trabalho, benefícios psicológicos e bem-estar em voluntários, ou até pesquisas comparativas entre voluntários e não voluntários relacionadas aos resultados obtidos na presente pesquisa.

Conclui-se que nos voluntários pesquisados há presença de sentido de vida relacionando-se positivamente com atitude religiosa e subfunções valorativas. Portanto, torna-se relevante considerar a importância dos valores, por serem princípios que norteiam as ações humanas e da presença de sentido de vida como prevenção para o vazio existencial, bem como a atitude religiosa (ligada ou não a prática religiosa institucionalizada) e o trabalho voluntário por agregar sentimento de pertença ao sujeito que pratica e fortalecer seus valores na interação com o outro dentro de uma atividade-fim contribuindo para o meio social onde está inserido.

REFERÊNCIAS

ABONG. Boletim: orientação jurídica. In: **Informes ABONG**, São Paulo, 8ª edição, dezembro 2015. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/final/download/Boletim8.pdf>>. Acesso em: 31 de jul. 2016.

ALVES, Z. M. M.B; SILVA, M. H. G. F. D. **Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta**. Paidéia, Ribeirão Preto, n. 2, pp. 61-69, fev./jul., 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1992000200007>. Acesso em 06 jul. 2017.

ANJOS, R. B., BALTAZAR, J. A. **As alterações do comportamento e o suporte para uma vida melhor através da crença religiosa**. Revista Terra e Cultura, Londrina, ANO XX, n. 39, pp. 114-125, jul./dez., 2004. Disponível em: <<http://www.unifil.br/porta1/images/pdf/documentos/revistas/revista-terra-cultura/terra-e-cultura-39.pdf>> ISSN 0104-8112 Acesso em: 13 out. 2016.

AQUINO, T. A. A, **Logoterapia e Análise Existencial: uma introdução ao pensamento de Viktor Frankl**. São Paulo: Paulus, 2013.

_____, **A presença não ignorada de Deus na obra de Viktor Frankl: articulações entre logoterapia e religião**. São Paulo: Paulus, 2014 (Coleção Logoterapia).

AQUINO, T. A. A., OLIVEIRA, K. G. A Logoterapia no Contexto de Psicologia da Religião. **Interações – Cultura e Comunidade**, Belo Horizonte, v. 9, n. 16, pp. 225-242, jul./dez, 2014.

AQUINO, T. A. A.; DINIZ, A. C. **A Relação da religiosidade com as visões de morte**. Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB. João Pessoa, v. 6, n. 2, pp. 101-113, 2009. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/8238>> Acesso em :13 out. 2016.

AQUINO, T. A. A et al., **Questionário de Sentido de Vida: Evidências de sua Validade Fatorial e Consistência Interna**. Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, vol. 35, n. 1, jan./mar., pp. 4-19 Conselho Federal de Psicologia, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v35n1/1414-9893-pcp-35-01-00004.pdf>> Acesso em: 21 out. 2016.

AQUINO, T. A. A et al., **Escala de Atitudes Religiosas, Versão Expandida (EAR-20): Evidências de Validade Avaliação Psicológica**, Ribeirão Preto, vol. 12, n. 2, agosto, pp.109-119, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3350/335027505002.pdf>> Acesso em: 21 out. 2016.

AQUINO, T. A. A et al., **Atitude Religiosa e Sentido da Vida: Um Estudo Correlacional**. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 2, pp. 228-243, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932009000200003&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 21 out. 2016.

ARAÚJO, T. C. C. F., MAIA, L. M. E., OLIVEIRA, D. S. Voluntariado em oncologia: Estudo exploratório [Resumo]. In: **VII Encontro Nacional dos Psicólogos da Área Hospitalar (Org.), Resumos de comunicações científicas** (p. 44). Brasília: Universidade Brasília, 1997.

AZEVEDO, D. C. Voluntariado cooperativo: motivações para o trabalho voluntário. In: **Anais do XXVII ENEGEP**. Foz do Iguaçu - PR, 09 a 11 de outubro, 2007. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007_TR680487_0266.pdf>. Acesso em 28 jan. de 2016.

BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. O processo de adoecer pelo trabalho. In: _____. (Org.). **Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 21-92, 2002.

BOFF, L. **Espiritualidade: um caminho de transformação**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

BOIÇAS, P, A. C. **Fadiga por compaixão em voluntários da área da saúde: relação entre a empatia, resiliência e as estratégias de coping**. 2015. 97 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde), Universidade Lusófana de Humanidades e Tecnologia. Lisboa.

BRAGA, J.; MATOSO, F. Dilma assina decreto que cria regras para a atuação de ONGs. **O Globo**, São Paulo, 23 mai. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/05/dilma-assina-portaria-que-cria-regras-para-atuacao-de-ongs.html>> Acesso em: 05 ago. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 08 ago. 2016.

BRASIL. **Resolução nº 510/16**, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2016.

BRASIL. **Resolução nº 466/12**, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.608**, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm> Acesso em: 08 de ago. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.019**, de 31 de julho de 2014. Dispõe sobre as organizações da sociedade civil. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm>. Acesso em: 08 ago. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.204**, de 14 de dezembro de 2015. Dispõe sobre as organizações da sociedade civil. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm> Acesso em: 08 ago. 2016.

BROWN, T. Values, knowledge, and Piaget. In: REED, E. TURIEL, E. & BROWN, T. (Eds.), **Values and knowledge**. Mahwah, NJ: LEA, 1996. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=fwdK3q0N3W8C&pg=PA168&lpg=PA168&dq=Values+and+knowledge+brown&source=bl&ots=spsO6T1254&sig=XDza2bDKjfQxN8J2nrYoIaNmBKI&hl=pt-](https://books.google.com.br/books?id=fwdK3q0N3W8C&pg=PA168&lpg=PA168&dq=Values+and+knowledge+brown&source=bl&ots=spsO6T1254&sig=XDza2bDKjfQxN8J2nrYoIaNmBKI&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi92sz5hc7UAhVMKyYKHVE4BiQQ6AEILjAB#v=onepage&q=Values%20and%20knowledge%20brown&f=false)

BR&sa=X&ved=0ahUKEwi92sz5hc7UAhVMKyYKHVE4BiQQ6AEILjAB#v=onepage&q=Values%20and%20knowledge%20brown&f=false> Acesso em: 20 de jun. 2017.

CAMPOS, W. T.; BRESOLIN, A. B. **Voluntariado: tendência de crescimento?** Publicado originalmente nos Cadernos Fundata. 2001. Disponível em: <<http://www.fundata.org.br/Artigos%20-%20Cefeis/03%20-20VOLUNTARIADO.pdf>> Acesso em: 09 ago. 16.

CANTRIL, J. G. **Inducing health care voluntarism through sequential requests: perceptions of effort and novelty**. Health Communication, v. 3, n. 1, pp. 59-74, 1991.

CAVACO, C. A relação entre a inteligência emocional e o burnout em médicos e enfermeiros. 2016. 126p. **Dissertação** (Mestrado em Gestão de Recursos Humanos), Universidade do Algarve, Faro.

CHAVES, S. S. S. **Valores como preditores do bem-estar subjetivo**. Dissertação (Mestrado Psicologia), não-publicada. 2003. Universidade Federal da Paraíba. UFPB. João Pessoa.

COELHO, J. A. P. M.; Gouveia, V.V.; MILFONT, T. L. Valores humanos como explicadores de atitudes ambientais e intenção de comportamento pró-ambiental. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 11, pp. 199-207, jan./abr., 2006.

COSTA, C. C. D et al., Qualidade de vida e bem-estar espiritual em universitários de Psicologia. In: **Revista Psicologia em Estudo [on line]**. Maringá, v. 13, n. 2, pp. 249-255, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722008000200007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 05 set. 2016.

CRIPPA, A.; ISIDORO, T.; FEIJÓ, A. G. S. Voluntariado e Saúde. In: **Revista da AMRIGS**, Porto Alegre, n. 58, v. 3, pp. 247-251, jul./set. 2014. Disponível em: <<http://www.amrigs.org.br/revista/58-03/015.pdf>> Acesso em: 08 ago. 2016.

DIENER, E.; EMMONS, R. A. The independence of positive and negative affect. **Journal of Personality and Social Psychology**, n. 47, pp. 1105-1117, 1984. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.47.5.1105>> Acessado em: 11 ago. 2016.

DREHER, M. T.; BEACHTOLD, E. Prácticas e intenciones de las organizaciones no gubernamentales (ONG's) em el desarrollo del turismo em Blumenau (SC) – Brasil. In: **Revista Estudios y Perspectivas en Turismo**. Buenos Aires, v. 22, n. 2, maio, pp. 378–390, 2013. Disponível em: <<http://www.estudiosenturismo.com.ar/>> Acesso em: 11 ago. 2016.

EISENBERG, N et al., **Social and moral values: Individual and societal perspectives**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1989. Disponível em: <<http://psycnet.apa.org/psycinfo/1989-97879-000>> Acesso em: 30 ago. 2016.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes,

1999.

FERRAZ, R. B et al., Felicidade. **Revista de Psiquiatria Clínica**. São Paulo, v. 34, n.5, pp. 234-242, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-60832007000500005&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 19 jun. 2017.

FRANKL, V. E. **Em busca de sentido: Um psicólogo no campo de concentração**. 12ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Psicoterapia e sentido da vida**. 2ª Ed. Trad. Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 1989.

_____. **A psicoterapia na prática**. Campinas, SP: Papirus Editora, 1991._____. **Psicoterapia para todos: Uma psicoterapia coletiva para contrapor-se à neurose coletiva**. 2ª Ed. Trad. Antônio Estevão Allgayer. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **Logoterapia e Análise existencial: texto de cinco décadas**. 2ª Ed. Trad. Jonas Pereira. Campinas: Editorial Psy II, 1995.

_____. **A presença ignorada de Deus**. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal. (Originalmente publicado em 1948). 2007.

_____. **A vontade de sentido: fundamentos e aplicações da logoterapia**. São Paulo: Paulus, 2011.

FRANKL, V. E.; LAPIDE, P. **Búsqueda de Dios y Sentido de la Vida. Diálogo entre un teólogo y un psicólogo**. Traducción de Gilberto Canal Marcos. Editorial Herder, Barcelona, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/viewFile/8255/7647>> Acesso em: 10 out. 2016.

GARROSA, E. et al.. Evaluación y predicción del work engagement en voluntarios: el papel del sentido de la coherencia y la reevaluación cognitiva. In: **Anales de Psicología, Madrid**, n. 2, v. 30, maio, pp. 530-540, 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16731188016>> Acesso em: 11 de ago. 2016.

GIACOMINI-FILHO, G.; ALMEIDA, R. C. O novo voluntariado e a comunicação de ONGs no contexto da América Latina. In: **ECCOM**, Lorena, v. 7, n. 14, jul./dez., 2016. ISSN 2177-5087. Disponível em: <<http://publicacoes.fatea.br/index.php/eccom/article/viewFile/1607/1216>> Acesso em: 24 set. 2016.

GOMES, N. S., FARINA, M., DAL FORNO, C. Espiritualidade, Religiosidade e Religião: Reflexão de Conceitos em Artigos Psicológicos. In: **Revista de Psicologia da IMED**, v. 6, n. 2, pp. 107-112, 2014. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/589>> Acesso em: 11 ago. 2016.

GOUVEIA, V. V. **Teoria funcionalista dos valores humanos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

_____. A natureza motivacional dos valores humanos: Evidências acerca de uma nova tipologia. **Estudos de Psicologia**, n. 8, pp. 431-444, 2003.

_____. **La naturaleza de los valores descriptores del individualismo y del colectivismo: una comparación intra e intercultural**. 1998. Tesis (Doctorado en Psicología Social) – Universidad Complutense de Madrid, España, 1998. Tese não publicada.

GOUVEIA, V. V. et al., Valores, altruísmo e comportamento de ajuda: comparando doadores e não-doadores de sangue. In: **Revista Psico**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, pp. 209-218, abr./jun., 2014.

_____ et al. A Influência dos valores humanos no compromisso religioso. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, jul./set., vol. 28, n. 3, pp. 285-292, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v28n3/a04v28n3>>. Acesso em: 07 set. 2016.

_____. Milfont, T., Fischer, R., & Coelho, J. Teoria Funcionalista dos valores humanos: aplicações para organizações. In: **RAM – Revista de administração Mackenzie**, v. 10, n. 3, São Paulo, mai./jun., 2009.

GRESCHAT, Hans-Jürgen. **O que é ciência da religião?** São Paulo: Paulinas, 2005.

INGLEHART, R. **El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas / Siglo XXI Editores, 1991. Disponível em: <http://www.cis.es/cis/opencm/ES/3_publicaciones/colecciones/ver.jsp?id=9788474761603> Acesso em: 30 ago. 2016.

JUNG, C. G. **Psicologia e religião**. Tradução do Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha. 10. Ed. Petrópolis, Vozes, 2012.

KOENIG, H. G. **Medicina, religião e saúde: o encontro da ciência e da espiritualidade**. 1ª Ed Trad. Iuri Abreu. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

LAGO, K, C. **Fadiga por compaixão: Quando ajudar dói**. 2008. 210 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações), Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Brasília.

LANDIM, L. Experiência militante: História. In: **Lusotopie**. Porto Alegre, n. 1, pp. 215-239, 2002. Disponível em: <<http://lusotopie.sciencespobordeaux.fr/landim.pdf>> Acesso em: 11 ago. 2016.

LENCASTRE, M. P. A. Bondade, Altruísmo e Consideração evolutiva para a educação e a ética ambiental. In: **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 15, pp. 113-124, 2010.

MARTINS, Martins. Petróleo e crise. **Carta Capital**, São Paulo: Editora Confiança, n. 885, jan. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/885/o-cerco-as-ongs-da-pilantragem>> Acesso em: 05 de ago. 2016.

MARX, Karl. **O capital: o processo de produção do capital**. 11. ed. São Paulo: Difel, 1987.

MASLOW, A. H. **Motivation and personality**. New York: Harper & Row Publishers. 1954.

Disponível em: <http://s-f-walker.org.uk/pubsebooks/pdfs/Motivation_and_Personality-Maslow.pdf> Acesso em: 16 mar. 2017.

MEDEIROS, E. D. **Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: testando sua adequação intra e interculturalmente**. 2011. 138p. Tese (Doutorado em Psicologia Social), UFPB. João Pessoa.

MENDONÇA, A. Religiosidade no Brasil: imaginário, pós-modernidade e formas de expressão. **Estudos da Religião**, São Bernardo do Campo: UMESP, v. 12, n. 15, pp. 39-50, dez., 1998.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONIZ, A. L. F.; ARAÚJO, T. C. C. F. Voluntariado hospitalar: um estudo sobre as percepções dos profissionais de saúde. In: **Estudos de Psicologia**, n.13, v. 2, pp. 149-156, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v13n2/07.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

NETO, V. B. L. A Espiritualidade em Logoterapia e Análise Existencial: o Espírito em uma Perspectiva Fenomenológica e Existencial. In: **Revista da Abordagem Gestáltica - Phenomenological Studies**, Goiânia, v.2, pp.220-229, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v19n2/v19n2a10.pdf>> Acesso em: 18 set. 2016.

NOGUEIRA-MARTINS, M. C. F.; BERCUSA, A. A. S; SIQUEIRA, S.R. Humanização e voluntariado: estudo qualitativo em hospitais públicos. In: **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 5, n. 44, pp. 942-949, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v44n5/1342.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

OLIVEIRA, A. C.; HADDAD, S. As Organizações da Sociedade Civil e as Ongs de Educação. In: **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 112, pp. 61-83, mar., 2001. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/614>> Acesso em: 07 jul. 2016.

OLIVEIRA, E. K. S.; SILVA, J. P. Sentido de Vida e envelhecimento: relação entre os pilares da logoterapia e bem-estar psicológico. In: **Revista da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial**. João Pessoa, v.2, n.2, pp. 135-146, 2013.

OKABAYASHI, R.Y.; COSTA, S. F. O serviço voluntário em hospitais do terceiro setor em Londrina: da sua configuração à construção de novos referenciais de gestão. In: **Serviço Social em Revista**. Londrina, v.10, n.2, jan./jul. pp.14-25, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/>> Acesso em: 24 set. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Tradução Suzana Gontijo. In: **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília; 2005. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf> Acesso em: 23 set. 2016.

OURO, A. C. C. **Consumo de álcool, atitude religiosa, sentido de vida e valores humanos**.

2013. 109p. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões), UFPB. João Pessoa.

PEREIRA, I. S. Consciência moral transcendente e experiência religiosa na obra de Viktor Frankl. In: **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, pp. 418-432, 2014.

RODRIGUES, L. A.; BARROS, L. A. **Sobre o Fundador da Logoterapia: Viktor Emil Frankl e sua contribuição para à Psicologia**. Goiânia, v. 6, n. 1/2, pp.11-31, jan./fev. 2009. Disponível em: <<http://espiritualidadesentido.yolasite.com/resources/sobre%20o%20fundador%20da%20logoterapia.pdf>>. Acesso em 12 de abr. 2016.

SANTOS, S. W. et al.. A influência dos valores humanos no compromisso religioso. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 28, n. 3, pp. 285-292, jul./set., 2012.

SELLI, L.; GARRAFA, V; JUNGES, J. R. Beneficiários do trabalho voluntário: uma leitura a partir da bioética. In: **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 42 n. 6, pp.1085-1089, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24803.pdf>> Acesso em: 11 ago. 2016.

SILVA, M. S. G. **Atitude perante o sofrimento e a percepção do sentido de vida: um estudo entre católicos, evangélicos e praticantes do budismo**. 2014. 81p. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões), UFPB. João Pessoa.

SILVA, S. S. **Religiosidade e qualidade de vida em pacientes com câncer de mama**. 2010. 95 p. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões), UFPB. João Pessoa.

SIMÃO, M. J. P. Psicologia transpessoal e espiritualidade. In: **O mundo da saúde**. São Paulo, v. 34, n. 4, pp. 508-519, 2010.

SCHWARTZ, S. H. Are there universal aspects in the structure and contents of human values? In: **Journal of Social Issues**, n. 50, pp.19-45, 1994.

SOUZA, L. M; LAURET, L. Trabalho voluntário: uma alternativa para a promoção de saúde de idosos. In: **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo, v. 42, n. 2, pp. 371-376, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/reeusp/issue/view/3442>> Acesso em: 11 ago. 2016.

SOUZA, W. J; MEDEIROS, J. P. Trabalho Voluntário: motivos para sua realização. In: **Revista de Ciências da Administração**, Santa Catarina, Agosto, n. 33, v. 14, pp. 93-102, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273523604008>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

STEGER, M. F. **Meaning in life**. In S. J. Lopez (Ed.), Oxford handbook of positive psychology. 2. ed., pp. 679-687. Oxford: Oxford University Press. 2009.

STEGER, F. M., FRAZIER, P. Meaning in Life: One Link in the Chain From Religiousness to Well-Being. **Journal of Counseling Psychology**, v. 52, n. 4, pp. 574-582, 2005.

STEGER, F. M., FRAZIER, P., OISHI, S., KALER, M. The meaning in Life Questionnaire: Assessing the presence of and search for meaning in life. **Journal of Counseling Psychology**, v. 53, pp. 80-93, 2006.

STROPPIA, A.; MOREIRA-ALMEIDA, A. **Religiosidade e espiritualidade no transtorno bipolar do humor**. Revista Psiquiátrica Clínica. São Paulo, v. 36, n. 5, pp. 190-196, 2009.

STROPPIA, A.; MOREIRA-ALMEIDA, A. Religiosidade e saúde. In M. I. Salgado & G. Freire (Orgs.). In: **Saúde e espiritualidade: uma nova visão da medicina**, Belo Horizonte, Inede, pp. 427-443, 2008.

TAMAYO, A. A hierarquia dos valores transculturais e brasileiros. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 23, n. especial, pp. 007-015, 2007.

TEODÓSIO, A. S. S. Pensar pelo avesso o terceiro setor. In: **Lusotopie**, França. V.1, pp. 241-262, 2002. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/somma2002-1.html>> Acesso em 14 mar. 2017.

VAILLANT, G. E. **Fé: evidências científicas**. Trad. Isabel Alves. Barueri, SP: Manole, 2010.

VALE, R. M. Em busca de sentido à formação integral do ser humano na perspectiva de Viktor E. Frankl. **Logos & Existência - Revista da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial**, Paraíba, v. 3, n. 2, pp.191-202, 2014.

VERGARA, S.; FERREIRA, V. C. P. ONGs no Brasil: expansão, problemas e implicações. In: **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 6, p. 41-64, 2006. Disponível em: <<https://revistagt.fpl.edu.br/get/article/view/157/152>>. Acesso em: 02 de ago. 2016.

VERGARA, S.; FERREIRA, V. C. P. A representação social de ONGs segundo formadores de opinião do município do Rio de Janeiro. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 39, n. 5, p.1137-1159, set./out. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6582>> Acesso em: 12 de ago. 2016.

VIANA, L. M. M. **Prioridade e desenvolvimento moral: considerações a cerca de uma teoria dos valores humanos**. 2000. 148p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), UFPB. João Pessoa.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), baseado nas diretrizes contidas na resolução CNS Nº 466/2012, Ms.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa intitulada **“Fazer o bem sem olhar a quem”: o trabalho voluntário à luz da religiosidade, sentido de vida e valores humanos** está sendo desenvolvida por Anne Emanuelle Cipriano da Silva, do Curso de Mestrado em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Profº Drº Thiago Antônio Avellar de Aquino.

O objetivo do estudo é verificar as relações entre religiosidade, valores humanos e sentido de vida dos voluntários de uma Organização Não Governamental (ONG) na cidade de João Pessoa. A finalidade deste trabalho é contribuir para uma maior riqueza de dados sobre a temática pesquisada.

Solicitamos a sua colaboração para responder aos seguintes questionários: Questionário Sócio-Demográfico, Questionário dos Valores Básicos – (QVB), Escala de Atitude Religiosa – (EAR-20), Questionário Sobre o Sentido da Vida (QSV) e o como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável

Considerando, que fui informado (a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

João Pessoa, ____ de _____ de _____

Impressão dactiloscópica

Assinatura do participante ou responsável legal

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Anne Emanuelle Cipriano da Silva – (83) 98831-1588. Endereço: Cidade Universitária Campus I Castelo Branco Centro de Educação PPGCR- Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões João Pessoa – Paraíba CEP: 58051-900 ou para o Comitê de Ética do Hospital Universitário Lauro Wanderley - Endereço: Hospital Universitário Lauro Wanderley-HULW – 2º andar. Cidade Universitária. Bairro: Castelo Branco – João Pessoa - PB. CEP: 58059-900. Email: comitedeetica@hulw.ufpb.br Campus I – Fone: 3216-7964.

APÊNDICE B - Questionário Sócio-Demográfico**QUESTIONÁRIO SÓCIO-DEMOGRÁFICO**

1. IDADE: _____
2. SEXO: () MASCULINO () FEMININO
3. CIDADE ONDE MORA: _____ ESTADO: _____
4. ESCOLARIDADE: _____
5. PROFISSÃO: _____
6. TRABALHA? () SIM () NÃO
7. ESTADO CIVIL: _____
8. TEM FILHOS? () SIM () NÃO QUANTOS? _____
9. RELIGIÃO? _____
10. PARTICIPA DE ALGUM GRUPO RELIGIOSO?
() SIM () NÃO QUAL? _____
11. HÁ QUANTO TEMPO REALIZA TRABALHO VOLUNTÁRIO? _____
12. QUAL SUA MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO VOLUNTÁRIO? (Pergunta do diário de campo)

ANEXOS

ANEXO I – Questionário de Sentido de Vida (QSV)

Por favor, pense por um momento sobre o que faz com que sua vida seja importante para você. Por favor, responda as sentenças seguintes de modo verdadeiro e com o máximo de cuidado que você puder. Também se lembre de que estas questões muito subjetivas e que não existem respostas certas ou erradas. Por favor, responda de acordo com a seguinte escala:

Totalmente Falso	Geralmente Falso	Parcialmente Falso	Nem verdadeiro nem Falso	Parcialmente Verdadeiro	Geralmente Verdadeiro	Absolutamente Verdade
1	2	3	4	5	6	7

1. ____ Eu compreendo o sentido da minha vida.
2. ____ Eu estou procurando alguma coisa que faça com que minha vida tenha sentido.
3. ____ Eu sempre estou em busca do sentido da minha vida.
4. ____ Minha vida tem um sentido claro.
5. ____ Eu tenho uma boa consciência do que faz minha vida ter sentido.
6. ____ Eu descobri um sentido de vida satisfatório.
7. ____ Eu estou sempre procurando por algo que faça com que minha vida seja significativa.
8. ____ Eu estou buscando um significado ou missão para minha vida.
9. ____ Minha vida não tem um propósito claro.
10. ____ Eu estou procurando um sentido em minha vida.

ANEXO II – Questionário de Valores Básicos (QVB), de Gouveia (2013).

INSTRUÇÕES. Por favor, leia atentamente a lista de valores descritos a seguir, **considerando seu conteúdo**. Utilizando a escala de resposta abaixo, **indique com um número ao lado de cada valor** o grau de importância que este tem como **princípio que guia sua vida**.

1	2	3	4	5	6	7
Totalmente não importante	Não importante	Pouco importante	Mais ou menos importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante

01. _____ **SEXUALIDADE**. Ter relações sexuais; obter prazer sexual.
02. _____ **ÊXITO**. Obter o que se propõe; ser eficiente em tudo que faz.
03. _____ **APOIO SOCIAL**. Obter ajuda quando a necessite; sentir que não está só no mundo.
04. _____ **CONHECIMENTO**. Procurar notícias atualizadas sobre assuntos pouco conhecidos; tentar descobrir coisas novas sobre o mundo.
05. _____ **EMOÇÃO**. Desfrutar desafiando o perigo; buscar aventuras.
06. _____ **PODER**. Ter poder para influenciar os outros e controlar decisões; ser o chefe de uma equipe.
07. _____ **AFETIVIDADE**. Ter uma relação de afeto profunda e duradoura; ter alguém para compartilhar seus êxitos e fracassos.
08. _____ **RELIGIOSIDADE**. Crer em Deus como o salvador da humanidade; cumprir a vontade de Deus.
09. _____ **SAÚDE**. Preocupar-se com sua saúde antes mesmo de ficar doente; não estar física ou mentalmente enfermo.
10. _____ **PRAZER**. Desfrutar da vida; satisfazer todos os seus desejos.
11. _____ **PRESTÍGIO**. Saber que muita gente lhe conhece e admira; quando velho receber uma homenagem por suas contribuições.
12. _____ **OBEDIÊNCIA**. Cumprir seus deveres e obrigações do dia a dia; respeitar seus pais, os superiores e os mais velhos.
13. _____ **ESTABILIDADE PESSOAL**. Ter certeza de que amanhã terá tudo o que tem hoje; ter uma vida organizada e planificada.
14. _____ **CONVIVÊNCIA**. Conviver diariamente com os vizinhos; fazer parte de algum grupo, como: social, esportivo, entre outros.
15. _____ **BELEZA**. Ser capaz de apreciar o melhor da arte, música e literatura; ir a museus ou exposições onde possa ver coisas belas.
16. _____ **TRADIÇÃO**. Seguir as normas sociais do seu país; respeitar as tradições da sua sociedade.
17. _____ **SOBREVIVÊNCIA**. Ter água, comida e poder dormir bem todos os dias; viver em um lugar com abundância de alimentos.
18. _____ **MATURIDADE**. Sentir que conseguiu alcançar seus objetivos na vida; desenvolver todas as suas capacidades.

ANEXO III – Questionário de Atitude Religiosa

Abaixo estão listadas algumas afirmações sobre religiosidade e fé. Assinale a alternativa que mais corresponde a sua pessoa, utilizando a escala de resposta abaixo. Não deixe de responder a nenhum item.

	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
01. Leio as escrituras sagradas (bíblia ou outro livro sagrado).	1	2	3	4	5
02. Costumo ler os livros que falam sobre religiosidade.	1	2	3	4	5
03. Procuro conhecer as doutrinas ou preceitos da minha religião/religiosidade.	1	2	3	4	5
04. Participo de debates sobre assuntos que dizem respeito à religião/religiosidade.	1	2	3	4	5
05. Converso com a minha família sobre assuntos religiosos.	1	2	3	4	5
06. Assistio programas de televisão sobre assuntos religiosos.	1	2	3	4	5
07. Converso com os meus amigos sobre as minhas experiências religiosas.	1	2	3	4	5
08. A religião/religiosidade influencia nas minhas decisões sobre o que eu devo fazer.	1	2	3	4	5
09. Participo das orações coletivas da minha religião/religiosidade.	1	2	3	4	5
10. Frequento as celebrações da minha religião/religiosidade (missas, cultos...).	1	2	3	4	5
11. Faço orações pessoais (comunicações espontâneas com Deus).	1	2	3	4	5
12. Ajo de acordo com o que a minha religião/religiosidade prescreve como sendo correto.	1	2	3	4	5
13. Extravaso a tristeza ou alegria através de músicas religiosas.	1	2	3	4	5
14. Sinto-me unido a um “Ser” maior (Deus).	1	2	3	4	5
15. Quando entro numa igreja ou templo, despertam-me emoções.	1	2	3	4	5
16. Costumo levantar os braços em momentos de louvores.	1	2	3	4	5
17. Ajoelho-me para fazer minha oração pessoal com Deus.	1	2	3	4	5
18. Bato palmas nos momentos dos cânticos religiosos.	1	2	3	4	5
19. Faço movimentos corporais para expressar a minha união com Deus.	1	2	3	4	5
20. Danço com as músicas religiosas nas ocasiões de contemplações.	1	2	3	4	5